

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA  
CAMPUS DOM PEDRITO/RS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

**LAEL PEREIRA GUTERRES**

**MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA:  
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE VANTAGENS OU DESVANTAGENS DE SUA  
UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

**Dom Pedrito/RS  
2013**

**LAEL PEREIRA GUTERRES**

**MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA:  
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE VANTAGENS OU DESVANTAGENS DE SUA  
UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Pampa, como parte  
das exigências para a obtenção do Título de  
Tecnólogo no Curso Superior de Tecnologia  
em Agronegócio.

Orientador: Prof. Nelson Ruben de Mello  
Balverde

**Dom Pedrito/RS  
2013**

**LAEL PEREIRA GUTERRES**

**MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA,  
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE VANTAGENS OU DESVANTAGENS DE SUA  
UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Pampa, como parte  
das exigências para a obtenção do Título de  
Tecnólogo no Curso Superior de Tecnologia  
em Agronegócio.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em: 14 de outubro de 2013.  
Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello Balverde  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Cleiton Stigger Perleberg  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Rafael Lucyk Maurer  
UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois Sua presença constante foi o diferencial nas horas mais difíceis.

À Universidade Federal do Pampa, e a todos que a compõem, que direta e indiretamente propiciaram condições para este aprendizado.

À minha família, que soube aceitar minhas ausências e mesmo como espectadores, preocuparam-se e torceram pelo meu sucesso.

Ao professor Nelson de Mello Balverde que aceitou o convite para orientar-me neste trabalho, e com infinita paciência teve sempre tempo para me ouvir. Expresso minha imensa gratidão por ter compartilhado comigo seu conhecimento e amizade.

Aos membros das organizações que visitei, tanto em Dom Pedrito, a EMATER, como em outros lugares deste Estado, a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Café - ECOCITRUS, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul - SDR/RS, a EMATER escritório municipal Porto Alegre, a Cooperativa Nacional Terra e Vida – BIONATUR, e em especial aos agricultores ligados a estas organizações, que nos mais inusitados lugares e condições, me receberam bem e aceitaram compartilhar suas experiências e percepções, sendo fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu amigo Luciano Deiques Minozzo, cujo trabalho com agricultores familiares de Dom Pedrito, inspirou esta empreitada.

Aos meus colegas de sala de aula ou fora dela, que mesmo sem saberem, foram imprescindíveis durante essa caminhada. Meu carinho e gratidão pelos momentos vividos juntos.

“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra”.

Provérbio africano

## RESUMO

Os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica são instrumentos previstos na legislação brasileira para assegurar ao consumidor não só a qualidade de um produto agroalimentar, mas também os processos que o geraram, tanto no sentido ambiental como social. Aplicados à agricultura orgânica contribuem para que esta se apresente como uma alternativa para os produtores familiares, possibilitando o desenvolvimento local sustentável e dando acesso a novos mercados. O objetivo foi identificar e analisar vantagens ou desvantagens da utilização desses mecanismos para a garantia da qualidade orgânica pela agricultura familiar, através do levantamento das percepções de produtores familiares que já os utilizam e dos técnicos ligados a estes produtores. Este trabalho utilizou um roteiro de entrevista, no período de junho a agosto de 2013, com um grupo composto por treze (13) produtores familiares ligados a organizações e grupos de produção orgânica, e nove (09) profissionais técnicos pertencentes a duas cooperativas ecológicas e a dois órgãos estaduais voltados para a produção primária, todos em municípios do Rio Grande do Sul. Nas entrevistas, as perguntas foram divididas em três blocos, o primeiro levantou dados que possibilitaram caracterizar e contextualizar o universo estudado, ou seja, os produtores, os técnicos, as propriedades e o sistema produtivo utilizado. Foi observada a idade, a escolaridade e a composição familiar. Nos casos visitados há maior concentração de pequenas propriedades, de até 45 hectares, onde são utilizadas basicamente sistemas e técnicas mais tradicionais, tendo destaque para os pomares, hortas e sistemas agroflorestais. A mecanização é pouco utilizada, com ênfase na mão-de-obra familiar. É efetivo o apoio das cooperativas e outros grupos para o desenvolvimento das atividades, salientando o papel importante dos profissionais técnicos. Na segunda parte do roteiro foi abordado o modo de vida na agricultura orgânica, onde apareceram valores como a ética e a cultura, preocupações estas ligadas por um forte idealismo ecológico. Quanto à motivação pela atividade, a qualidade de vida e a satisfação pessoal são indicadas pela maioria dos produtores. As entrevistas finalizaram com questões sobre os mecanismos, suas vantagens ou desvantagens. A maior vantagem apontada foi a melhoria da imagem do produtor frente ao consumidor, seguida da possibilidade de atingir mercados e da garantia de renda em muitos casos. Ao contrário, a burocratização e o alto custo de algumas certificações apareceram como as maiores desvantagens. Há um alerta sobre a possibilidade de um alto grau de dependência das certificadoras como assunto merecedor de mais atenção. Apesar disso todos os entrevistados consideram a legislação que estabeleceu os mecanismos para a qualidade orgânica, um avanço para a agricultura familiar, assim como para as relações com o meio ambiente e para com a sociedade.

Palavras-chave: Certificação, Orgânicos, Agricultura familiar.

## ABSTRACT

The mechanisms for organic quality assurance are instruments under Brazilian law to ensure the consumer not only about quality of an agrifood product, but also the processes that generated both in environmental and social sense. Applied to organic agriculture, it contributes to be an alternative to family farmers, enabling sustainable local development and providing access to new markets. The goal was to identify and analyze the advantages and disadvantages of using these mechanisms for organic quality assurance by the family agriculture, through a survey of perceptions of family farmers who already use them and technicians connected to these producers. This study used an interview guide, in the period June-August 2013 with a group of thirteen (13) family farmers organizations and groups linked to organic production, and nine (09) professional technicians belonging to two ecological cooperatives and two state agencies focused on primary production, all of them in the municipalities of Rio Grande do Sul. In the interviews, the questions were divided into three blocks. In the first collected data, we can characterize and contextualize the studied universe, in other words, the producers, the technicians, the properties and the production system used. We observed age, educational level and household composition. In cases visited greatest concentration of small farms up to 111 acres, which are basically used systems and more traditional techniques, with emphasis on the orchards, gardens and agroforestry systems. Mechanization is little used, with an emphasis on family labor. It's effective the support of cooperatives and other groups to develop activities, stressing the important role of technical professionals. In the second part of the script was approached organic agriculture lifestyle, where an appeared value of ethics and culture, concerns is linked by strong idealism ecological. As for the motivation for activity, quality of life and personal satisfaction are indicated by most producers. The interviews ended with questions about the mechanisms, their advantages and disadvantages. The biggest advantage was the improved image of the producer against the consumer, then the possibility of reaching markets and income security in many cases. Instead, the bureaucracy and the high cost of some certifications appeared as major disadvantages. There is a warning about the possibility of a high degree of dependence on certification as a subject of more attention. Nevertheless, all respondents consider the legislation that established the mechanisms for organic quality, a breakthrough for family farming, as well as relations with the environment and society.

Keywords: Certification, Organic, Agriculture family.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Selo de orgânico do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg)	31
Figura 2 - Faixa etária dos produtores entrevistados.....	43
Figura 3 - Nível de escolaridade .....	44
Figura 4 - Idade dos filhos.....	46
Figura 5 - Escolaridade dos filhos.....	46
Figura 6 - Ocupação dos filhos .....	47
Figura 7 - Ocupação dos filhos por faixa etária (em quantidade) .....	47
Figura 8 - Ocupação dos cônjuges .....	48
Figura 9 - Escolaridade dos cônjuges.....	48
Figura 10 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Metropolitana do Rio Grande do Sul (Municípios).....	49
Figura 11 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Serra Gaúcha Nordeste (Municípios).....	49
Figura 12 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Campanha Sudoeste do Rio Grande do Sul (Municípios).....	50
Figura 13 - Área total das propriedades e área ocupada com a agricultura orgânica.....	50
Figura 14 - Sistemas e técnicas aplicadas na produção.....	51
Figura 15 - Mão- de- obra utilizada .....	52
Figura 16 - Características externas dos produtos.....	54
Figura 17 - Assistência técnica aos produtores .....	55
Figura 18 - Área de atuação dos profissionais técnicos .....	55
Figura 19 - Locais de atuação dos profissionais técnicos .....	56
Figura 20 - Mapa com a localização da região Metropolitana do Rio Grande no Sul .....	58
Figura 21 - Mapa com a localização da região Serra Gaúcha Nordeste no Rio Grande do Sul .....	59
Figura 22 - Mapa com a localização da região Campanha Sudoeste no Rio Grande do Sul .....	59
Figura 23 - Canal de informação sobre a Agricultura Orgânica .....	61
Figura 24 - Local de vinculação dos produtores .....	62
Figura 25 - Incidência das modalidades utilizadas pelos entrevistados .....	67



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistados por região .....	42
Tabela 2 - Número de entrevistados por Microrregião .....	43
Tabela 3 - Composição familiar .....	45
Tabela 4 - Maquinário e equipamentos agrícolas.....	53
Tabela 5 - Ano do início no processo de certificação ou venda direta.....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1</b> Problematização.....	<b>12</b>
<b>1.2</b> Objetivos.....	<b>14</b>
<b>1.3</b> Justificativa .....	<b>14</b>
<b>1.4</b> Metodologia.....	<b>15</b>
<b>1.5</b> Estrutura do trabalho .....	<b>19</b>
<b>2</b> FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	<b>20</b>
<b>2.1</b> Agroecologia.....	<b>20</b>
<b>2.1.1</b> Agricultura Orgânica.....	<b>23</b>
<b>2.1.2</b> Qualidade dos orgânicos.....	<b>25</b>
<b>2.1.2.1</b> Certificação .....	<b>25</b>
<b>2.1.2.2</b> Sistemas Participativos de Garantia .....	<b>28</b>
<b>2.1.2.3</b> Selo de Orgânico .....	<b>30</b>
<b>2.1.2.4</b> Controle Social na Venda Direta.....	<b>31</b>
<b>2.2</b> APPH (Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros) .....	<b>33</b>
<b>2.2.1</b> Associativismo e Cooperativismo na agricultura orgânica .....	<b>33</b>
<b>2.2.2</b> Agricultura familiar e a agroecologia.....	<b>34</b>
<b>2.2.3</b> Dom Pedrito-RS.....	<b>35</b>
<b>2.2.4</b> PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) .....	<b>35</b>
<b>3</b> RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	<b>37</b>
<b>3.1</b> Contextualização.....	<b>38</b>
<b>3.1.1</b> Ambientação .....	<b>38</b>
<b>3.1.2</b> Início .....	<b>39</b>
<b>3.1.3</b> Entrevistas.....	<b>39</b>
<b>3.1.4</b> Técnicos .....	<b>40</b>
<b>3.1.5</b> O trabalho de campo.....	<b>40</b>
<b>3.1.6</b> Sistematização dos dados.....	<b>40</b>
<b>3.1.7</b> Apuração dos resultados.....	<b>42</b>
<b>3.2</b> Caracterização dos entrevistados.....	<b>42</b>
<b>3.2.1</b> Perfil dos produtores.....	<b>42</b>
<b>3.2.4</b> Perfil dos técnicos .....	<b>55</b>
<b>4</b> MODO DE VIDA NA AGRICULTURA ORGÂNICA .....	<b>57</b>
<b>4.1</b> As regiões visitadas.....	<b>57</b>
<b>4.2</b> Agroecologia.....	<b>60</b>
<b>4.2.1</b> Qualidade de Vida.....	<b>63</b>
<b>4.3</b> Vantagens e desvantagens da Ocupação .....	<b>65</b>
<b>5</b> MECANISMOS PARA GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.....	<b>67</b>
<b>5.1</b> Certificação como ferramenta de mercado .....	<b>69</b>
<b>5.2</b> Certificação por Auditoria e Participativa.....	<b>70</b>
<b>5.3</b> Venda Direta .....	<b>71</b>
<b>5.4</b> O rendimento na agricultura orgânica certificada.....	<b>72</b>
<b>5.5</b> Mecanismos Para Garantia Da Qualidade Orgânica: vantagens e desvantagens.....	<b>73</b>
<b>6</b> CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>78</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas para PRODUTORES FAMILIARES</b> .....	<b>83</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas para TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES (Associações, Cooperativas e outros grupos formais)</b> .....	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

A produção de orgânicos no Brasil vem crescendo de forma consistente, sendo perceptível que cada vez mais setores da população aprovam a ideia de consumirem um alimento saudável e que também não prejudique o meio ambiente.

Essa demanda de uma sociedade que se preocupa com os recursos naturais e em produzir com sustentabilidade tem resposta na agricultura com base nos princípios da agroecologia, já que esta adota a conservação do solo, prioriza o incremento da matéria orgânica e o uso de insumos disponíveis na propriedade, bem como práticas que visem à conservação e a recuperação da biodiversidade. Este conceito nos remete a “estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 6).

O alimento orgânico tem no seu processo de produção o cuidado com a não utilização de agentes que agriam o homem e o meio ambiente, portanto a qualidade desse produto pode ser considerada o seu diferencial.

No caso do Brasil foram desenvolvidos diferentes mecanismos visando à garantia da qualidade dos produtos orgânicos.

A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, chamada “Lei dos Orgânicos”, define o conceito, descrição e finalidades dos produtos orgânicos e prevê a certificação para esses produtos em todo o país.

A certificação é a comprovação externa de que o processo de produção de determinado alimento obedeceu a todos os requisitos para ser considerado orgânico e também é uma garantia ao consumidor quanto a sua qualidade.

O diretor executivo do IBD Certificações (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), Alexandre Harkaly, destaca que num contexto onde a Europa já há 20 anos tinha legislação sobre o assunto e os EUA, 10 anos com leis orgânicas, “o Brasil inovou e criou dois tipos de certificação: por Auditoria externa com visita a produtores, e Participativa, com grupos de produtores aplicando a certificação. Ambos devendo ser autorizados pelo Ministério da Agricultura (MAPA)” (HARKALY, 2012, s. p.).

A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar<sup>1</sup>, é o chamado Controle Social na Venda Direta, no qual “o princípio de garantia da qualidade está na relação de confiança entre as famílias de

---

<sup>1</sup> Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, art. 3º, § 1º.

agricultores [...] e os consumidores” (MINOZZO, 2012, p. 42). Porém é exigido desse produtor credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Para identificar e padronizar esse tipo de produto foi criado um selo, que deu maior segurança aos consumidores e valorização aos produtores.

“O selo de orgânico do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) é único válido para qualquer produto comercializado no Brasil, inclusive produto importado” (PORTAL ORGÂNICO, [20--]).

Conforme o censo agropecuário de 2006, o país possuía naquele ano “4,4 milhões de hectares ocupados com lavoura ou pecuária orgânicos (sem contar o extrativismo)” sendo que deste total “517 mil hectares, ou 10,5%, eram certificados” (ESTADÃO, 2011). Em 2012 a “área total do País com certificação orgânica representava 1,5 milhões de hectares” (RABELLO, 2012, s. p.), o que demonstra um efetivo crescimento.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul divulgou dados de 2011 do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), onde no Estado a produção de orgânicos já abrangia 134 municípios (27% dos municípios gaúchos), destacando a produção de hortaliças (folhosas, tomate, cenoura, beterraba e batata-doce) e frutas (uva, banana, laranja e bergamota).

No município de Dom Pedrito, segundo a EMATER local, não existem, até o momento, produtores agrícolas com certificação de orgânicos, no entanto há interesse de alguns associados da APPH (Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigranjeiros) que fornecem alimentos para a merenda escolar no município, fazerem a transição para uma produção com base agroecológica e buscarem a certificação, sendo que estes agricultores familiares já produzem sem utilização de agrotóxicos, o que já é um aspecto positivo nessa busca.

Diante desse cenário pode-se vislumbrar a capacidade da produção orgânica em se contrapor ao paradigma da agricultura convencional na Região Campanha do Rio Grande do Sul e contribuir para a permanência das famílias em suas unidades de produção, bem como para a diversificação de culturas no município de Dom Pedrito.

### ***1.1 Problematização***

A EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica

e Extensão Rural) de Dom Pedrito atua no município desde 1977, como órgão executor das políticas públicas, nacional, estadual e municipal de assistência técnica e extensão rural, apoiando a produção primária e desenvolvendo projetos de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial.

Dentre os projetos em execução, a EMATER - Dom Pedrito participa, através de seus extensionistas, das atividades para o fornecimento de produtos para a alimentação dos alunos da rede escolar do município.

Desde 2010 dá assistência técnica aos produtores da agricultura familiar para que se habilitem às chamadas públicas que a Prefeitura Municipal e as escolas estaduais promovem no atendimento do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), e também elabora os projetos de venda para esses produtores.

Desde junho de 2009 passou a valer a lei 11.947, que diz respeito à regulamentação da alimentação escolar, de sua importância para os alunos nas suas faixas etárias e necessidades específicas, quem são os responsáveis pela sua aquisição, quem fiscaliza a qualidade dos produtos e o fornecimento desses alimentos e outras peculiaridades em geral.

Um ponto que se deve destacar no PNAE, conforme a Lei da Alimentação Escolar é que “os produtos orgânicos produzidos na agricultura familiar, [...], terão prioridade no momento das compras” (MINOZZO, 2012, p.43).

Outro fator importante é a questão do preço pago pelos produtos orgânicos, que podem receber um acréscimo de até 30% em relação a um produto convencional (Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, art. 17, parágrafo único).

Nesse contexto alguns produtores participantes da Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigranjeiros - APPH, que já fornecem hortifrutigranjeiros à alimentação escolar para a rede municipal e estadual de ensino de Dom Pedrito, procuraram a EMATER local, principal entidade articuladora dessa Associação, para obterem informações sobre o processo de certificação para a produção orgânica.

Nesse momento surgiu a necessidade de dar uma resposta efetiva a esses produtores de forma que possam ter uma visão geral dos procedimentos e exigências para a certificação de orgânicos e da repercussão em seu sistema de produção e comercialização; o que impulsionou este estudo.

## ***1.2 Objetivos***

Este trabalho teve como objetivo geral identificar e analisar vantagens ou desvantagens da utilização dos mecanismos para a garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar.

Já os objetivos específicos foram:

- Descrever as modalidades dos mecanismos para de garantia da qualidade de orgânicos;
- Elencar os requisitos para a obtenção da certificação ou para a venda direta em organizações de agricultores familiares ou produtores individuais;
- Explicitar as motivações que levaram à adoção dos diferentes mecanismos da garantia da qualidade orgânica em cada caso;
- Relatar as percepções sobre o efeito da implementação desses mecanismos nas condições de trabalho e na renda familiar dos produtores envolvidos.

## ***1.3 Justificativa***

O município de Dom Pedrito, apesar de apresentar condições para o cultivo e a produção de orgânicos não desenvolve nenhuma atividade nesse sentido.

Dom Pedrito é um município que tem aptidão para os orgânicos, considera um dos agrônomos da EMATER local, que foi entrevistado. Relatou que em 2004 acompanhou lavouras de melão que utilizaram manejo, fertilizantes e controle biológico dentro dos moldes da produção orgânica, e que obtiveram resultados similares ao da produção convencional, sem perda da qualidade.

Em conversas informais com produtores, que em determinados pontos da cidade de Dom Pedrito comercializam suas hortaliças, obteve-se a informação de que nesses produtos agrícolas não foram utilizados agrotóxicos em sua produção, o que pode ser considerada uma amostra do interesse e a capacidade da agricultura familiar do município em buscar um sistema mais natural.

Nos diálogos com integrantes da Secretaria Municipal de Agricultura, EMATER e UPPAN (União Pedritense de Proteção do Ambiente Natural), não foi possível precisar quais fatores possam estar impedindo o desenvolvimento de uma produção orgânica no município, onde a atividade primária é a principal fonte de renda. No entanto destacam a falta de informações e capacitação, como aspectos que podem estar atrasando esse processo que em outros municípios da região já está bem adiantado.

Em virtude disto, esta pesquisa busca apresentar uma visão geral dos processos de certificação de orgânicos e de venda direta sem certificação, dentro do âmbito da agricultura familiar, como proposta de fortalecimento organizacional da associação existente no

município de Dom Pedrito e como incentivo para criação de novos grupos formais, bem como a valorização da produção local.

A justificativa teórica recai no fato de que esta pesquisa possa servir de base para outros estudos que abordem o tema produção agroecológica dentro do campo acadêmico, bem como de projetos de implantação desta produção no município e na região.

Além disso, essa pesquisa justifica-se em termos práticos, para informar aos produtores agrícolas familiares deste município, os aspectos necessários para que possam buscar a diferenciação de seu produto e tenham condições de tomar decisões a respeito de sistemas de produção com base ecológica e sua comercialização.

#### ***1.4 Metodologia***

Iniciou-se o trabalho com uma revisão da literatura, tanto em obras publicadas quanto em mídia virtual. Os critérios utilizados nesse momento foram a pertinência ao assunto e a data da publicação, que não excedeu a dez anos até a feitura deste projeto. Houve exceções apenas quando a pertinência suplantava a época da publicação.

Caracterizou-se como um estudo multicaso com base numa amostra intencional. Segundo Richardson (2008, p. 161), os elementos que formam esse tipo de amostra, também conhecida como de seleção racional, “relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas [...] pelo pesquisador”.

Quanto ao objetivo geral do presente estudo, é possível classificá-lo como exploratório. De acordo com Gil (2010, p. 27) é classificada assim porque “as pesquisas exploratórias tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Já o estudo de caso, “é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL 2010, p. 37).

Segundo Roesch (2010, p. 201) os estudos de caso permitem ao pesquisador “o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto; é especialmente adequado ao estudo de processos e explora fenômenos com base em vários ângulos”.

Para Stake (apud ALVES-MAZZOTTI, 2000, p. 5), “o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos”.

Verifica-se então que o estudo de caso é um método de pesquisa que procura aprofundar o conhecimento da questão em foco, utilizando para isso, variáveis como forma de levantamento de informações, a fim de compreender todos os acontecimentos envolvidos no tema, possibilitando uma condução para novas hipóteses de pesquisa.

O tipo de amostra escolhida para o levantamento das informações foi a intencional, levando em consideração as modalidades de certificação de orgânicos previstos na legislação brasileira e a sua exceção.

Para Lakatos e Marconi (2008, p. 38) a amostragem intencional é considerada “o tipo mais comum de amostra não probabilística”, pois o “pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela”. Conforme critério do investigador é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que comporão a amostra, então o pesquisador se dirige a determinados grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião (BARROS e LEHFELD, apud MOURA e BEUREN, 2003, s.p.).

Cesar (2005/2006, p. 5) aponta que “em estudos dessa natureza a escolha da amostra não se baseia em incidência de fenômenos, mas sim no interesse do caso em relação ao fenômeno sob estudo e às variáveis potencialmente relevantes” e ressalta que “o número de casos selecionados também se relaciona às replicações teóricas necessárias ao estudo, ou seja, da certeza que se quer ter, e não a critérios estatísticos relacionados a níveis de significância”.

Foram efetuadas 22 entrevistas com 13 produtores familiares e 09 técnicos envolvidos em pelos menos um dos mecanismos para a garantia da qualidade orgânica. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de junho a agosto do corrente ano, conforme cronograma do projeto, em alguns municípios do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>. Essa pesquisa foi feita através da observação direta extensiva, sendo a técnica utilizada foi a da entrevista semiestruturada. Nesse tipo de entrevista, o investigador segue um guia com questões ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos. No geral a entrevista seguiu o que foi planejado, no entanto “teve relativa flexibilidade”, onde “as questões não precisaram seguir a ordem prevista no guia e puderam ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista”, como visto em Santos (2008, s. p.). Essas novas questões surgiram como desdobramento das já existentes, não alterando sua quantidade nem o seu teor.

O estudo utilizou uma abordagem de pesquisa qualitativa. Essa abordagem “estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, mostra

---

<sup>2</sup> Figuras 10, 11 e 12.



aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea” (DANTAS e CAVALCANTI, 2006, p. 2).

Foi escolhida essa forma no sentido de buscar as percepções, os valores e preferências dos produtores familiares e demais envolvidos, devido à importância de ter as perspectivas desses personagens para o entendimento geral da questão, gerando assim espaço para a interpretação.

É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. Seu objetivo é mensurar e permitir o teste de hipóteses, já que os resultados são concretos e menos passíveis de erros de interpretação (DANTAS e CAVALCANTI, 2006, p. 2).

O roteiro de entrevista utilizado com os produtores familiares buscou determinar inicialmente o perfil destes. Foram abordados nesse perfil os seguintes dados: idade, sexo, escolaridade, estado civil, renda pessoal, atividade profissional e localização da propriedade.

Após, o roteiro de entrevista (Apêndice A), aparece dividido em dois blocos de questões, sendo o primeiro relativo ao modo de vida na agricultura orgânica, bem como suas condições de trabalho e a estrutura que dispõem. O segundo bloco se refere a sua participação nos mecanismos para a garantia da qualidade orgânica.

Para os técnicos envolvidos com esses produtores utilizou-se outro modelo de roteiro de entrevistas (Apêndice B), que apesar de seguir a mesma linha, é voltado exclusivamente ao envolvimento deles com os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica e suas percepções de sua utilização pelos seus assistidos.

As entrevistas foram realizadas em lugares escolhidos pelos entrevistados, sendo necessária adaptação às condições e ao tempo de cada um deles. Por terem sido realizadas no local de trabalho dos entrevistados, permitiu ir além das questões previstas no roteiro, o que enriqueceu a entrevista com a observação direta de suas atividades, proporcionando maior número de detalhes.

Com a permissão prévia as entrevistas foram gravadas. Esse registro teve como objetivo manter a fala de cada entrevistado na íntegra como forma de garantir todas as informações recebidas durante a entrevista. Também no sentido de ter material de apoio para auxiliar os registros manuais confeccionados durante as conversas.

Para a realização da análise dos dados neste trabalho foi adotado o método de análise de conteúdo, muito utilizado na análise de dados qualitativos, já que “a análise de conteúdo é

a aplicação de métodos científicos a uma evidência documentária” (HOSTI, apud RICHARDSON, 2008, p. 224).

Bardin (apud CAMPOS, 2004 p. 2), configura a “análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A autora destaca que “desta forma, atualmente, a técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos” (BARDIN apud CAMPOS, 2004 p. 2).

Na visão de Campos,

o conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, é tão rica e apresenta uma visão polissêmica e valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. Talvez o maior “nó” em relação à abordagem desses conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo, a princípio mais palpável; e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem. Isto nos remete a uma breve discussão sobre os limites dos “conteúdos manifestos” e dos “conteúdos latentes” de uma mensagem (CAMPOS, 2004, p. 2).

Fase decorrente a esta foi à interpretação dos dados que vai permitir a “discussão dos resultados encontrados e confronto com os obtidos por outros estudiosos, apontando pontos mais importantes e realçando determinados setores” (LAKATOS e MARCONI, 2008, p. 221).

De acordo com Severino (apud MELLO e VIEIRA, 2008, p. 118) “a interpretação é um posicionamento próprio do pesquisador em relação às ideias enunciadas, é ir além da mensagem do texto, procurando ler as entrelinhas”.

Portanto a análise dos dados, utilizando o método de análise do conteúdo, possibilitou na fase da interpretação dos dados “obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores quantitativos ou qualitativos das propriedades semânticas ou sintáticas do material sob estudo” (BARDIN e RICHARDSON ET AL, apud ROMAN ET AL, 2012, p. 29).

Cabe dizer que levou-se em consideração as particularidades linguísticas de cada região e seus significados.

Nas apresentações de dados obtidos com o roteiro de entrevistas optou-se por não mencionar o nome dos entrevistados, mantendo em sigilo os dados pessoais.

### ***1.5 Estrutura do trabalho***

Este estudo foi motivado pela constatação das potencialidades do município de Dom Pedrito para a agricultura orgânica e do interesse de produtores em buscar a certificação, viável através de diversos fatores, um deles a apropriação do conhecimento e informações que fundamentem sua implantação. Aprofundar esse conhecimento tornou-se, então, o objetivo deste trabalho.

O trabalho está estruturado em seis seções. Na seção 1, é apresentado o problema que desencadeou o estudo, sua delimitação, os objetivos a serem atingidos, a justificativa e a metodologia empregada.

A seção 2 apresenta o referencial teórico reunido para iniciar o entendimento do tema e basear o trabalho de campo, com características e premissas sobre agroecologia, agricultura orgânica, modalidades para a garantia da qualidade orgânica, agricultura familiar, associativismo, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e aspectos sobre o município de Dom Pedrito e sobre a APPH (Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigranjeiros).

Na seção 3 desenvolvem-se a análise e discussão dos resultados, com a caracterização dos entrevistados e demais aspectos para contextualizar a realidade deles. Esta seção reflete a primeira parte do roteiro de entrevista utilizado com os produtores familiares durante a fase de campo, enquanto a seção 4 e 5 abordam os demais blocos do roteiro, que são sobre o modo de vida na agricultura orgânica e sobre os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica. Nesta parte é feita a análise das respostas dos produtores familiares e dos profissionais técnicos que os assistem.

A última seção, a 6, é dedicada às considerações finais acerca do que foi compreendido do processo decisório desses protagonistas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Alimento orgânico é o termo utilizado, atualmente, para designar alimentos de alta qualidade biológica”, onde não são usados produtos químicos sintéticos, como fertilizantes e pesticidas, não provém de organismos geneticamente modificados e são “provenientes de sistemas agrícolas onde os recursos produtivos locais são manejados de forma integrada e harmônica, visando a sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural” (STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 15).

Ainda citando Stringheta e Muniz (2003, p. 20), sustentabilidade, neste contexto, não é só a capacidade dos sistemas de produção em “conservar e melhorar os recursos produtivos, como solo, água, ar e biodiversidade (variedade e a variabilidade existente entre os organismos vivos)<sup>3</sup>, de forma que permita uma produção adequada de alimentos para as gerações futuras”, mas também todos os demais aspectos vinculados a essa produção.

A qualidade desses alimentos é o que distingue esse tipo de produção, pois prima em não usar produtos, técnicas e manejos que possam vir a deixar “resíduos de substâncias nocivas à saúde humana” (STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 15). Sendo que a qualidade é uma preocupação constante em qualquer sistema produtivo, cada vez mais a implantação de mecanismos que possam comprovar essa qualidade vem sendo feita, sendo pelas organizações públicas ou privadas.

Nas próximas seções serão abordados conceitos e informações sobre aspectos que são concernentes ao objeto da pesquisa, facilitando, portanto o entendimento do tema.

### 2.1 Agroecologia

Para Altieri (apud AQUINO e ASSIS, 2005, p. 53), “a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia”. Já para Guzmán (apud AQUINO e ASSIS, 2005, p. 53), ela “não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico”. Pode-se então considerar que “a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional”, sendo este necessário validar através de metodologias científicas, convencionais ou não (AQUINO e ASSIS, 2005, p. 54).

---

<sup>3</sup>Comentário nosso.

O termo agroecossistema “pode ser considerado equivalente a sistema de produção, sistema agrícola ou unidade de produção” (AQUINO e ASSIS, 2005, p. 61), ou seja, “é o local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema” (GLIESSMAN, 2009, p. 63).

Cabe aqui registrar a visão de Caporal e Costabeber (2004) sobre a discussão das diversas interpretações vinculadas a agroecologia. Eles começam ressaltando que a compreensão mais comum é

a de “uma vida mais saudável”, “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a Natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “um novo equilíbrio nas relações homem e natureza”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 6).

Essas percepções nos trazem a ideia de agroecologia como um novo modelo de agricultura, que se utiliza de técnicas e práticas capazes de fazer bem ao homem e ao meio ambiente. No entanto “prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 6).

Essa confusão sobre esse conceito pode, segundo esses autores, gerar um “reduccionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 7).

Em todo o mundo, países, ao longo do tempo, já viram surgir “agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, biodinâmica, permacultura, etc.” Todas estas com “princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 7). No entanto essas alternativas não trouxeram soluções abrangentes aos problemas socioambientais que foram se acumulando.

É a partir dos “princípios ensinados pela Agroecologia” que passou a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 8).

Essa terminologia “agricultura de base ecológica” distingue um estilo de agricultura resultante “da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia”, não é apenas e simplesmente a não utilização de “agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu

processo produtivo”, pois esse pensamento poderia caracterizar apenas uma agricultura que não teve acesso a insumos modernos, informações ou políticas governamentais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 9).

Nesse sentido pode-se dizer que um alimento produzido sem a presença de agroquímicos e considerado “limpo”, direcionado a nichos de mercado que valorizam a produção orgânica, não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo, já que a “simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 10).

Com isso, precisamos

“ter clareza que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 9).

Outro aspecto relevante da agricultura de base ecológica “envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos” onde qualquer transição da base técnica da agricultura pode “implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens como meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania”. Estas relações “exigem um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos” (CAPORAL e COSTABEBER apud CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 11).

Essa discussão é pertinente por se tratar de “um processo social, isto é, por depender da intervenção humana”. Uma transição agroecológica implicaria “não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva”, levando em consideração as especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas “também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12).

Então os autores afirmam que quando se fala em Agroecologia “está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção”, mas sim “incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 13).

É importante que a dimensão do conceito de agroecologia seja esclarecida, pois facilitará que se entendam os seus desdobramentos.

### 2.1.1 Agricultura Orgânica

Após vermos que a Agroecologia oferece as “bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de *agriculturas sustentáveis*” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 16), podemos visualizar um desses estilos na agricultura orgânica.

A produção orgânica é aquela que “além de realizar um cultivo sem a utilização de agrotóxicos, com o uso responsável dos recursos naturais almejando um desenvolvimento sustentável, está inserida em um movimento de respeito às relações sociais e culturais” (BRASILBIO, [20--]c).

Conforme decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, mais conhecida como Lei dos Orgânicos define sistema orgânico agropecuário como:

todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Capítulo I, § XVII).

São os sistemas orgânicos de agricultura que “buscam obter solos e lavouras saudáveis através de práticas de reciclagem dos nutrientes e da matéria orgânica, na forma de composto ou restituição dos resíduos de cultura ao solo” (STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 13). Estes sistemas de produção utilizam como fertilizantes esterco de animais, rotação de culturas, adubação verde e compostagem; já para o controle de pragas e doenças tem como base o uso do controle biológico.

Este estilo de agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é capaz de ter baixa dependência de recursos externos à propriedade, de usar recursos renováveis acessíveis no local, manejar proveitosamente as condições locais, manter ao longo do tempo a capacidade produtiva, preservar a diversidade biológica e cultural, utilizar o conhecimento e a cultura da população local e produzir mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN apud CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 15).

Para Altieri (apud CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 15), agricultura sustentável se reporta à “busca de rendimentos duráveis, em longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que demanda a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico”.

Portanto, quando se fala de agricultura sustentável, “se está falando de estilos de agricultura de base ecológica que atendam a requisitos de solidariedade entre as gerações atuais e destas para com as futuras gerações”, apontada por alguns autores como “ética da solidariedade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 16).

Ao contrário do sistema convencional, onde “uma lavoura é tratada de forma individualizada e com a maioria dos insumos de alto custo energético, vindos de fora da propriedade”, o sistema orgânico visa “explorar ao máximo os fatores inerentes ao ambiente e os recursos internos à propriedade” (RESENDE e VIDAL, 2008, p. 1), onde é da integração de todos os recursos internos da propriedade que depende o sucesso e a sustentabilidade dos sistemas orgânicos.

Levando em consideração o que já foi visto sobre agroecologia, “o termo agricultura orgânica está associado mais ao conceito de organismo agrícola do que ao uso de adubação orgânica” (RESENDE e VIDAL, 2008, p. 1).

Neste organismo modificado pela ação do homem,

ocorrem complexas interações entre os seres vivos e os elementos naturais (solos, nutrientes, ar, temperatura, água, etc.) e obtenção do produto (colheita) depende da manutenção do equilíbrio deste sistema que, por sua vez, depende do papel individual de cada um destes elementos e de suas relações (RESENDE e VIDAL, 2008, p. 1).

Diante disso verifica-se que a diversidade na produção orgânica é o principal pilar “para a manutenção do equilíbrio do sistema e conseqüentemente, do solo e da cultura”. Nesse sentido, o equilíbrio biológico e ambiental, bem como a fertilidade do solo, não pode ser mantido somente com monoculturas. Portanto no caso de “cultivos especializados, onde prevalece apenas uma cultura de interesse econômico, deve-se estabelecer algum grau de diversificação”, que pode ser “conseguido com a inserção de áreas de refúgio e/ou cordões de contorno com espécies variadas, consórcios com adubos verdes e/ou plantas repelentes/atrativas e com manejo das plantas espontâneas” (RESENDE e VIDAL, 2008, p. 2).

O padrão atual de produção agroalimentar, que “baseia-se na utilização intensiva de insumos químicos, mecanização pesada e melhoramento genético voltado para a



produtividade, buscando produzir muito e a baixo custo” (STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 409), não é mais unanimidade, onde cada vez mais parcelas da sociedade não veem com “bons olhos” a busca pelo aumento da produtividade em detrimento da qualidade.

O modelo proposto pela produção orgânica requer que seja repensada a forma como é vista a agricultura hoje, ou seja, o cultivo de alimentos aliado à qualidade de vida do homem e do meio ambiente.

### **2.1.2 Qualidade dos orgânicos**

A qualidade dos orgânicos “não se relaciona apenas aos aspectos visuais, como a aparência, ou à salubridade, como a isenção de produtos químicos”, também está relacionada “a confiabilidade na presença de propriedades específicas nos produtos, ou seja, refere-se à confiança com que os consumidores podem comprar determinados produtos, se estiverem buscando características específicas” (SOUZA, apud STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 409).

Os consumidores, cada vez mais exigentes, valorizam a informação, “querem conhecer os produtos que consomem, saber a forma como foram produzidos, a tecnologia de produção utilizada, a qualidade da matéria-prima, a presença ou não de aditivos químicos”, entre outros (SOUZA e ALCÂNTARA, apud STRINGHETA e MUNIZ, 2003, p. 410).

Nesse sentido se faz necessário assegurar ao consumidor que as características que ele está procurando se encontram no produto escolhido.

Em vista disso a legislação brasileira prevê três diferentes formas de garantir a qualidade orgânica de produtos: a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação, tópicos que serão abordados a seguir.

#### **2.1.2.1 Certificação**

A certificação, “como termo utilizado na agricultura orgânica, significa garantir a origem (procedência) e qualidade orgânica dos produtos obtidos”, é um processo de auditoria de origem e trajetória de produtos, “desde sua fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor” (MELLO, S., [20--], s. p.).

“A certificação consiste em um conjunto de regras e de procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que assegura por escrito que determinado produto, processo ou

serviço obedece às normas e às práticas da produção orgânica” (OLIVEIRA E SCIVITTARO, 2011, s. p.).

No momento em que o produtor decide produzir “utilizando métodos da agricultura orgânica” e entrar em contato com uma agência certificadora, ele “obterá informações sobre as normas técnicas de produção” (ORGANICSNET, [20--]).

As “Normas e Padrões para Qualidade Orgânica”, documento comum a todas as certificadoras, dá início ao processo de certificação. Quando o produtor se achar habilitado a contratar a certificação, escolhe a certificadora, encaminha a documentação inicial e também o pagamento da taxa de inscrição.

As certificadoras são “organismos essenciais para a manutenção e valorização da agricultura e processamento de orgânicos”, sendo elas que “fiscalizam desde a plantação, processamento e comercialização, garantindo que o produto que chega às mãos do consumidor aderiu a todos os regulamentos da produção orgânica” (BRASILBIO, [20--]b). A reputação das agências certificadoras “constitui um aspecto fundamental, pois denota persistência de seriedade na produção e de qualidade dos produtos”(ORGANICSNET, [20--]).

As principais certificadoras são:

- APAN - Associação dos Produtores de Agricultura Natural
- Associação de Agricultores Biológicos (ABIO)
- Associação de Agricultura Natural de Campinas e região (ANC)
- Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo (CHÃO VIVO)
- Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia (ACS Amazônia)
- Associação Mineira
- BCS Öko-Garantie
- Certificadora Sapucaí
- Control Union Certifications (antigaSkal)
- Cooperativa Coolméia
- Ecocert Brasil
- FarmVerifiedOrganic (FVO)
- Fundação MokitiOkada (CMO)
- IBD Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
- IMO Instituto de Mercado Ecológico
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)
- Minas Orgânica
- Organização Internacional Agropecuária (OIA)
- Rede Ecovida (BRASILBIO, [20--]b).

O processo de certificação é feito através de visitas periódicas de inspeção às unidades de produção agrícola “quando o produto é comercializado “*in natura*”, e também nas unidades de processamento, quando o produto for processado, e de comercialização, no caso de entrepostos” (ORGANICSNET, [20--]).

Nestas visitas o inspetor irá “reunir dados, checar documentos de compra de insumos, venda de produtos, operações de campo e o sistema de condução orgânica”, bem como as “instalações, sacarias e embalagens, situação geral social e empregatícia de funcionários”. O objetivo é “verificar o sistema de controle adotado pela empresa, de modo a dar garantias da inexistência de riscos de mistura e contaminação com produtos não certificados” (MELLO, S., [20--], s. p.).

Após a inspeção, “o inspetor elabora relatório e o envia à certificadora, que por sua vez a submete ao seu conselho de Marcas, para avaliação da decisão final”(MELLO, S.,[20--], s. p.).

O selo é então “concedido ao produtor, que passa a fazer uso do mesmo por um período revalidável de um ano”, sendo que é preciso deixar claro que este selo “não é de propriedade do produtor que o recebe, e sim uma marca cedida por outra organização (certificadora), mediante contrato assinado entre as partes” (MELLO, S., [20--], s. p.).

O custo do processo de certificação varia de acordo com os critérios de análise estabelecidos pela certificadora, levando-se em consideração os seguintes itens: taxa de filiação, tamanho da área a ser certificada, despesa com inspeção, elaboração de relatórios, análises laboratoriais de solo e da água, visitas de inspeção e o acompanhamento e a emissão do certificado (OLIVEIRA E SCIVITTARO, 2011, s. p.).

A certificação por auditoria pode ser onerosa em demasia para determinadas categorias de produtores, por isso há a alternativa da formação de grupos de produtores, onde os custos fixos poderão ser diluídos. Também poderão formar associações, as quais permitem que a certificação seja feita por amostragem, diminuindo assim em muito os custos de certificação.

A certificação tem “grande importância estratégica para o mercado de orgânicos, pois além de permitir ao agricultor diferenciar seu produto e obter melhor lucro”, o capacita para atuar na venda em grande escala e nas exportações, onde a certificação é necessária (TERRAZZAN e VALARINI, 2009, p. 24 e 25).

A Certificação junto com os Sistemas Participativos de Garantia, “compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg” (BRASIL, 2012, p. 7).

### 2.1.2.2 Sistemas Participativos de Garantia

Já a certificação Participativa é um instrumento com menos “burocratização [...] da relação entre o produtor orgânico e os consumidores” onde esta forma claramente “é pautada na relação de confiança dentro do grupo<sup>4</sup>” (STRINGHETA E MUNIZ, 2003, p. 428).

Os Sistemas Participativos de Garantia “caracterizam-se pelo Controle Social e a Responsabilidade Solidária”, possibilitando assim credibilidade em “diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas” (BRASIL, 2012, p. 7).

O Controle Social “é um processo de geração de credibilidade, necessariamente reconhecido pela sociedade, organizado por um grupo de pessoas que trabalham com comprometimento e seriedade” (BRASIL, 2012, p. 9). Esse controle se dá pela participação direta dos membros do grupo em avaliar os fornecedores frente às normas para a produção orgânica.

A Responsabilidade Solidária é quando o grupo se compromete em cumprir as “exigências técnicas para a produção orgânica e responsabilizam-se de forma solidária nos casos de não cumprimento delas por alguns de seus membros” (BRASIL, 2012, p. 9).

Para se formar um Sistema Participativo de Garantia (SPG), é necessário reunir um grupo de pessoas, produtores ou não, que estejam interessados em organizar a sua estrutura básica. Esse grupo é formado “pelos membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC” (BRASIL, 2012, p. 10).

Os membros do Sistema são pessoas físicas e jurídicas que podem estar classificadas em duas categorias: fornecedores (produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores) e colaboradores, que são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas das mais diferentes classes, e as ONGs (BRASIL, 2012, p. 11). Essas duas categorias têm funções definidas que contribuem para a geração de credibilidade necessária ao SPG.

Os OPACS (Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica) correspondem às Certificadoras no Sistema de Certificação por Auditoria. “São eles que avaliam, verificam e atestam que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendem as exigências do regulamento da produção orgânica” (BRASIL, 2012, p. 15).

---

<sup>4</sup>Os autores se referem aos agricultores familiares organizados em grupos (associações, cooperativas, grupos informais, etc.).

O OPAC é na verdade a pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelas atividades desenvolvidas num SPG e deve:

- Ser o representante legal do SPG perante os órgãos competentes;
- Assumir a responsabilidade legal pela avaliação se a produção está seguindo os regulamentos e normas técnicas na produção orgânica;
- Ter entre seus participantes uma **Comissão de Avaliação** e um **Conselho de Recursos** formados por representantes dos membros do SPG;
- Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG;
- Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;
- Apontar as não conformidades e sugerir ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores;
- Possuir regimento interno que mostre a sua organização, o funcionamento participativo e como responsabiliza pelo SPG (BRASIL, 2012, p. 15).

Por outro lado os colaboradores além de contribuírem com a confiabilidade do SPG assumem a responsabilidade solidária pelos produtos avaliados (BRASIL, 2012, p. 11).

Com essa estrutura formada, os fornecedores solicitam a avaliação de seu produto, entregam todas as informações necessárias pedidas pelo Sistema Participativo de Garantia – SPG e exigidas pelo OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, atendem a todas as orientações recebidas da Comissão de avaliação e garantem que seu produto estará em conformidade com os regulamentos da produção orgânica.

Os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica devem ter um estatuto social que caracterize bem as suas atividades e que estabeleça:

- Critérios para compor ou escolher os membros da **Comissão de Avaliação e Conselho de Recursos**;
- Condição mínima de participação no cumprimento dos direitos e deveres dos membros;
- Previsão do número de frequência de reuniões e assembleias dos membros;
- Sanções e penalidades;
- Composição numérica de membros que se caracterizar um SPG;
- Exigência para o funcionamento;
- Número mínimo de membros necessário para a tomada de decisões nas assembleias;
- Exigências relativas à participação de membros;
- Direitos e deveres dos membros (BRASIL, 2012, p. 17).

Da mesma forma os OPACs devem possuir um manual de procedimento onde estejam estabelecidos:

- Informações, registros e documentos que o produtor deve manter na unidade de produção;
- Itens mínimos do roteiro de visita de verificação e visita de pares;
- Definição do período mínimo para a visita de pares;
- Itens do relatório de visita;
- Ações de controle utilizadas nos intervalos entre as visitas de verificação;
- Métodos de controle para atividades de avaliação mais complexas;
- Itens indispensáveis para o plano de manejo orgânico;
- Instrumentos que os fornecedores podem utilizar para rastrear os seus produtos;
- Procedimentos para as análises em laboratório;
- Sanções e penalidades;
- Procedimentos para a análise de recursos e reclamações (BRASIL, 2012, p. 18).

Ficando assim constituído o Sistema Participativo de garantia – SPG: membros do grupo, OPAC; fornecedores, Comissão de Avaliação e colaboradores, Conselho de Recursos.

Para se tornar um membro do Sistema Participativo de Garantia (SPG) já existente, o “interessado deve apresentar ao grupo um documento assinado que o encaminhará ao OPAC” (BRASIL, 2012, p. 13), que se for aceito será assinado um contrato.

Para atuarem no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg, os OPACs precisam estar credenciados no MAPA –Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A certificação participativa juntamente com a por auditoria cumprem o art. 3º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que diz que “para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento”.

Vale aqui ressaltar que essa modalidade de certificação também proporciona um espaço de articulação entre agricultores organizados em grupos, entidades, organizações de consumidores propiciando maior fortalecimento à agricultura orgânica nos seus mais diversos aspectos.

### **2.1.2.3 Selo de Orgânico**

O Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, em seu Art. 29, instituiu o “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” e, em seu Art. 30, estabeleceu que esse Sistema fosse identificado por um selo único em todo o território nacional.

O mesmo Decreto limitou em seu Art. 115, um prazo até 31 de dezembro de 2010 para todos se adequassem às regras estabelecidas por ele e por demais atos complementares.

Portanto desde 1º de janeiro de 2011, “todo produto orgânico no mercado deverá estar atendendo a nova legislação” sendo que “deverá estar certificado por um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânico devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, e em seu rótulo deve apresenta o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG. (BRASIL, 2011b, p. 1).

**Figura 1 - Selo de orgânico do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg)**



Fonte: BRASIL, 2009b.

Estes dois modelos de selo apenas se diferem na destinação que consta abaixo do logotipo, se referenciando aos dois mecanismos de avaliação da garantia orgânica.

É preciso deixar claro que “a legislação de orgânicos considera o consumidor como agente ativo no processo, é ele que, com seu consumo responsável, poderá e deverá alertar os órgãos fiscalizadores do governo para qualquer infração na lei” (PORTAL ORGÂNICO, [20--]).

Entretanto, “o selo é conquista do produtor e reflete o fato de que seu sistema produtivo guarda conformidades com as normas nacionais e internacionais sobre Produção Orgânica”, devendo para isso “ter seu uso zelado para que sua credibilidade seja sempre preservada frente ao consumidor” (MELLO, S., [20--], s. p.).

#### **2.1.2.4 Controle Social na Venda Direta**

A venda direta é aquela que acontece entre o fornecedor e o consumidor final, sem intermediário. Esse tipo de venda no comércio de produtos orgânicos no geral depende da relação de confiança entre produtores e consumidores. Essa dependência mútua de crédito tem na venda direta para o consumidor final muita importância, pois “é a partir dela que são

estabelecidos preços mais justos e o produtor tem a oportunidade de mostrar sua preocupação com o cultivo dos alimentos” (BRASIL, 2008, p. 7).

Com o “objetivo de diminuir a complexidade e os custos que normalmente envolvem o processo de certificação”, para pequenos produtores que, em função de um volume relativamente pequeno de produção, comercializam diretamente aos consumidores (BRASIL, 2010, p. 1), “as leis brasileiras abriram uma exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares” (BRASIL, 2008, p. 7). Para usufruírem dessa condição, os agricultores (produtores ou membros da família) precisam estar ligados a uma Organização de Controle Social - OCS.

As OCS podem ser formadas por “um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares”, levando em consideração que para serem reconhecidas “pela sociedade e ganhar credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança” (BRASIL, 2008, p. 11).

As OCS tem a função de orientar corretamente os agricultores pertencentes a elas, o que se faz necessário então, quando preciso, consultar “a Comissão da Produção Orgânica - CPOrg da unidade onde estiver situada sobre decisões técnicas que lhe estejam atribuídas pelos regulamentos da produção orgânica” (BRASIL, 2008, p. 11).

Outra função das OCS é a de garantir que os consumidores tenham assegurado o direito de visitar, assim como o órgão fiscalizador, às unidades de produção. Para tanto esta Organização de Controle Social deve estar cadastrada nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA. Também pode ser feito o cadastro “em outro órgão fiscalizador conveniado do governo federal, estadual ou do Distrito Federal” (BRASIL, 2008, p. 13).

Todos os membros do grupo que formam a “Organização de Controle Social – OCS” assinam uma declaração de responsabilidade solidária, onde todos “os participantes comprometem-se a cumprir os regulamentos técnicos da produção orgânica, responsabilizando-se solidariamente nos casos de não cumprimento por algum dos membros” (BRASIL, 2008, p. 19).

O consumidor, como parte desse contexto, tem o direito a toda informação sobre a qualidade orgânica dos produtos, seja em rótulos, material de divulgação, avisos nos locais de venda, onde possam constar quem o produziu e a qual OCS esse produtor pertence.

Vale lembrar que “os produtos orgânicos sem certificação não podem fazer uso do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica”. No entanto a legislação permite que o agricultor coloque no rótulo do produto, quando existir, ou no ponto de venda a



expressão: “PRODUTO ORGÂNICO PARA VENDA DIRETA POR AGRICULTORES FAMILIARES ORGANIZADOS, NÃO SUJEITO À CERTIFICAÇÃO, DE ACORDO COM A LEI Nº 10.831, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003” (BRASIL, 2008, p. 23).

## **2.2 APPH (*Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros*)**

Conforme descreve Minozzo (2012, p.36), a Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros (APPH), é composta por produtores familiares de Dom Pedrito, que entre outros interesses, têm o objetivo de atender a Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que regulamenta a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

A necessidade dos produtores organizarem-se para atender esse canal de comercialização serviu de incentivo para buscarem essa forma de organização formal.

Atualmente, segundo a EMATER de Dom Pedrito, existem nessa associação 10 (dez) produtores aptos a fornecerem alimentos para as escolas no município. Neste grupo existem produtores familiares dispostos a buscar novas alternativas com a produção orgânica.

### **2.2.1 Associativismo e Cooperativismo na agricultura orgânica**

O associativismo tem sido uma forma de fortalecimento para produtores em geral, tornando a viabilidade econômica de suas atividades muito mais facilitada. Portanto a sua participação no mercado, nessa modalidade, se dá de uma forma mais efetiva e em condições melhores de concorrência.

A cooperação formal é benéfica e mais rentável, pois favorece principalmente a pequenos produtores, promove condições de superar dificuldades e melhorar seu desempenho. Esse sistema transforma indivíduos em grupos produtivos que utilizam uma estrutura comum que pode proporcionar um maior retorno financeiro (MAPA, [20--]).

A união desses agricultores possibilita adquirirem insumos e equipamentos de forma coletiva com melhores preços e prazos.

O associativismo na produção de orgânicos é uma realidade em todo o território nacional, onde grupos organizados desenvolvem atividades com os mais diversos produtos e obtendo sustentação econômica no mercado. A Associação Brasileira de Orgânicos – BRASILBIO, surgiu para fomentar políticas para o setor e representar os produtores e processadores de orgânicos brasileiros, associados ou não (BRASILBIO, [20--]a).

Conforme leitura prévia da legislação existente no Brasil sobre certificação de orgânicos verificou-se que em determinados casos a existência de grupos formais de produtores é imperativa para a obtenção dessa certificação.

### **2.2.2 Agricultura familiar e a agroecologia**

O sistema familiar de produção orgânica se enquadra no conceito da ciência da agroecologia e qualidade de vida com abordagem de prevenção de doenças dentro de um enfoque altamente social e ambiental (HAMERSCHMIDT, 2013, s. p.).

Conforme a Lei nº 11.326, de julho de 2006, “agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes critérios”:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (art. 3º).

“No Brasil, a agricultura familiar apresenta-se como uma ótima alternativa para o atual cenário da agricultura orgânica certificada, como um meio para o resgate à dignidade e à cidadania no campo com a construção de um novo padrão de produção agropecuária” (STRINGHETA E MUNIZ, 2003, p. 424).

Hamershimidt (2013, s. p.), defende que agricultura orgânica certamente “será a base futura de uma produção familiar mais racional de alimentos”, já que esta “busca a exploração de sistemas agrícolas diversificados, economia no consumo de energia, preservação da biodiversidade, maior densidade de áreas verdes”, e tudo isto “contribuindo para manter a paisagem mais humana”.

No município de Dom Pedrito, segundo a EMATER, os produtores da APPH (Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigramjeiros) pertencem à agricultura familiar e respondem por 100% do fornecimento de hortaliças à rede de ensino municipal.

Não se encontrou dados oficiais sobre a agricultura familiar no município até o momento, no entanto, a Prefeitura de Dom Pedrito, através da Secretaria da Agricultura, EMATER e demais órgãos de apoio, tem desenvolvido projetos para o desenvolvimento desse setor tão significativo na produção de alimentos no Brasil.

### 2.2.3 Dom Pedrito-RS

Dom Pedrito é um município localizado na região campanha do Rio Grande do Sul, distante 346.0921 quilômetros de Porto Alegre, na Fronteira Sudoeste. O acesso à cidade efetua-se pela BR 293, que corta o município. O município tem 5.192,095 km<sup>2</sup> e a população 38.098 habitantes<sup>5</sup>. O clima é temperado úmido, com verões quentes e invernos rigorosos, com grandes geadas. (DOM PEDRITO VIRTUAL, [20--]).

A riqueza do município está concentrada na agropecuária com a criação de bovinos, ovinos e equinos, sendo que dados de 2006 apontaram 43.852 cabeças de gado. A produção agrícola intensificou-se a partir da década de 1940 com a cultura do arroz irrigado. A atividade econômica predominante atualmente é a indústria do beneficiamento do arroz, constituindo-se em atividade básica de exploração para quase todo o mercado nacional, envolvendo boa qualidade de mão-de-obra. Também é expressiva a cultura da soja, que conforme dados de 2006, ocupava 28.000 hectares, contra os 45.000 hectares de arroz (DOM PEDRITO VIRTUAL, [20--]).

A agricultura familiar, com a produção de hortifrutigranjeiros, já aparece com mais volumes comercializados no município, principalmente nas vendas institucionais.

Existem poucas referências registradas sobre outros tipos de cultivos, ou dados oficiais sobre os resultados deles no município, sendo que as informações sobre outras culturas, como a orgânica, por exemplo, foram obtidas através de entrevistas.

### 2.2.4 PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

Também conhecido como Merenda Escolar, “consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar” (BRASIL, [20--], p. 2). Referido na lei 11.947, de junho de 2009, o PNAE visa “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais” (art. 2º, III), demonstrando claramente o objetivo do governo em incentivar a produção local, beneficiando o pequeno produtor da própria região.

No artigo 14 encontramos que,

---

<sup>5</sup> <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430660&search=rio-grande-do-sul|dom-pedrito|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” E no inciso primeiro prevê que “a aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Através do Programa de aquisição de Alimentos (PAA), o Executivo Municipal de Dom Pedrito-RS, firma um termo de anuência com governo federal e participa do deste programa desde 2010.

Cabe aqui salientar que para o produtor orgânico, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) “é um excelente canal de comercialização para seus produtos, no próprio município, reduzindo custos com transporte, sendo um mercado certo e próximo do produtor” (MEZOMO, apud MINOZZO, 2012, p. 39).

Minozzo (2012, p. 41) defende que “saber explorar este mercado de forma sustentável, pode resultar em uma forma de garantir para o produtor uma fonte de renda”, bem como “para o município uma possibilidade de desenvolvimento da economia local”.

A todos os produtores familiares do município são disponibilizadas informações e apoio, tanto da própria Prefeitura, através do setor de merenda escolar, quanto da EMATER de Dom Pedrito, para que possam participar dos programas governamentais, colaborando assim para permanecerem satisfatoriamente na atividade.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A decisão de estudar sobre os mecanismos governamentais para a garantia orgânica de um produto agrícola foi resultado de uma experiência anterior, onde em 2011 e 2012 acompanhou-se um trabalho de conclusão de curso (MINOZZO, 2012), com visitas a produtores familiares pertencentes à APPH (Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigranjeiros). Na ocasião, vislumbrou-se nesses produtores o interesse e a capacidade não só para uma conversão a um modelo agroecológico de produção, mas também para uma busca pela certificação. Portanto, o contato de alguns integrantes dessa associação com o escritório local da EMATER em Dom Pedrito, demonstrando seu interesse nesse tema, motivou a feitura desse trabalho. As informações que se possuía até então sobre o assunto provinham de conversas com órgãos técnicos ligados ao meio rural, de mídia virtual e de artigos produzidos principalmente no meio acadêmico e técnico, então esta demanda trouxe a oportunidade de iniciar um exame da matéria.

Ao se fazer um levantamento bibliográfico foi encontrado diversos materiais que tratavam especificamente sobre os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica, como por exemplo, os manuais publicados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com informações para que produtores pudessem ser inseridos nesse processo. No entanto pouco se encontrou em livros, artigos ou trabalhos, discussões sobre essas modalidades, suas vantagens, desvantagens, como também trajetórias que demonstrassem como foram tomadas as decisões sobre certificação.

Escolheu-se então, para este trabalho, visitar produtores familiares que, organizados ou de forma autônoma, já estivessem com uma trajetória consolidada na produção e comercialização de orgânicos, bem como na utilização das diferentes modalidades para sua garantia. Para tanto se fez uma pesquisa na internet por organizações e produtores no Rio Grande do Sul que atendessem os objetivos desta pesquisa, na medida em que não existem casos com as características, no município de Dom Pedrito.

Outra decisão foi a de conversar com profissionais técnicos que mantivessem estreita relação com esses produtores, no sentido de ter outro olhar, outra perspectiva de todo o processo.

Percebeu-se, durante a fase de campo, que a temática escolhida era bem mais ampla e complexa do que se pensava a princípio e que a sua contextualização exigia a investigação de um maior número de atores para o seu suficiente entendimento. Para tanto, buscou-se

entrevistar agricultores familiares e técnicos a eles ligados, de diferentes regiões, pertencentes a diversos grupos e organizações, que propiciassem iniciar esse entendimento.

Nesse sentido acredita-se que as organizações visitadas bem como os produtores entrevistados foram suficientes para iniciar uma discussão sobre essas questões e trouxeram através de suas percepções, condições para uma análise sobre o modo de vida na agricultura orgânica e da adequação de cada modalidade para produção e comercialização dos produtos agrícolas na agricultura familiar.

### ***3.1 Contextualização***

De início tinha-se a experiência direta, mesmo que esporádica, com produtores familiares residentes e domiciliados no município de Dom Pedrito, com características e práticas próprias desta região. Após esse primeiro contato pode-se relatar a sensação de admiração e também de incerteza frente às diferenças culturais e geográficas existentes entre algumas regiões visitadas e a de origem desta pesquisadora. Esta situação fez com que surgissem questionamentos como: os instrumentos de pesquisa a serem utilizados serão flexíveis para captarem dados de tão diferentes realidades? A percepção desses dados será compreensível quando reconstruída? A descrição da experiência será compatível com o vivenciado?

#### **3.1.1 Ambientação**

O primeiro passo então foi uma busca por adaptar-se a essas diferenças e deter-se no contexto das organizações e dos produtores em cada lugar. Nesse período voltou-se a procurar estudos sobre o tema deste trabalho, no sentido de preencher lacunas que uma leitura prévia desassociada da prática havia deixado. As obras utilizadas<sup>6</sup>, embora tenham contribuído para os resultados desse trabalho, nesse momento serviram para retratar a riqueza de detalhes que a realidade estava trazendo, dando uma nova dimensão a este trabalho.

Nessa linha procurou-se também materiais relativos aos municípios que estavam sendo visitados para melhor conhecimento das características de cada um deles e para o entendimento de sua cultura e costumes locais.

---

<sup>6</sup> GLIESSMAN (2009), STRINGHETA e MUNIZ (2003) e BRASIL (2007).

### 3.1.2 Início

Outra questão presente nessa etapa foi escolher por onde começar a pesquisa, se diretamente com as entrevistas previstas na metodologia ou conversando informalmente com pessoas que tivessem vínculo com o tema. Optou-se pelo segundo.

Essa opção acabou mostrando que haveria necessidade de inserir as entrevistas à rotina das organizações envolvidas, a fim de um melhor aproveitamento do tempo e para garantir um maior número de entrevistados.

A preocupação central dessa fase era a de compreender o contexto que se encontravam os técnicos e produtores, de como esses produtores familiares se percebiam enquanto parte de um processo de garantia da qualidade de um produto orgânico e por outro lado como esse processo influenciava sua forma de produzir e comercializar.

### 3.1.3 Entrevistas

Já desde as primeiras entrevistas notou-se que apesar de estarmos lidando com situações concretas e acessíveis ao relato de todos entrevistados, alguns “tendiam a responder de maneira idealizada, muito mais próxima aos desejos ou dos padrões morais que das opções concretas” (PAULILO, 1990, p. 36).

Mesmo assim, apesar dessa “desconfiança” do discurso, é com ele que se trabalhou e foi em cima das percepções dos entrevistados que possibilitou levantar e discutir hipóteses que ajudassem a responder as questões apresentadas nos objetivos desse trabalho. Para amenizar procurou-se testar a coerência das respostas com a observação direta do conteúdo submetido.

As entrevistas foram dirigidas, mas não diretivas, nos moldes apresentados por Richardson (2008, p. 210), onde foram usadas perguntas precisas, pré-formuladas, mas que permitiram ao entrevistado desenvolver suas opiniões e informações livremente.

“O número de entrevistas foi determinado pela própria dinâmica da pesquisa” (PAULILO, 1990, p. 43). O encerramento das entrevistas foi dado quando as informações tornaram-se demasiado repetitivas e mesmo entrevistando elementos das mais diversas características, estes não conseguiam acrescentar novos aspectos relevantes. Usou-se esse critério de saturação baseado no demonstrado por Thirycherques, 2009, sobre o estudo de Guest; Bunce e Johnson (2006) onde estes verificaram que “conforme recomendações da literatura técnica para o tamanho mínimo de observações variavam entre 6 e 200” e

concluíram das suas experiências de campo “que a saturação ocorre, geralmente, até a 12ª entrevista, e que os elementos básicos de metatemas aparecem até a 6ª entrevista”. Nesse caso com a variabilidade dos dados seguindo o mesmo padrão (THIRYCHERQUES, 2009, p. 24).

Cabe ressaltar que concomitantemente às entrevistas, deu-se continuidade à assimilação da realidade local. Utilizou-se da observação direta e conversas informais o que contribuiu grandemente para a composição de um quadro de entendimento do tema.

### **3.1.4 Técnicos**

Pode-se apontar a grande utilidade que tiveram as entrevistas feitas com os técnicos que trabalham na região diretamente com os agricultores. Além de relatarem a sua vivência na área puderam servir de fonte para confrontar as informações coletadas com os produtores.

Nesse sentido foram utilizados, além das entrevistas com os técnicos vinculados às organizações visitadas, relatórios e materiais explicativos de órgãos públicos que atuam no meio rural. São eles: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul – SDR/RS; EMATER, escritório municipal de Porto Alegre e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul - SEAPA-RS. O uso desse material não foi no sentido de aplicá-lo como referencial teórico, mas para esclarecer as linhas que mereciam aprofundamento.

### **3.1.5 O trabalho de campo**

O trabalho de campo se desenvolveu entre 03/06/2013 e 14/08/2013. A escolha das organizações visitadas foi feita a partir dos critérios da metodologia da pesquisa. No entanto no decorrer das entrevistas houve indicações que conduziram elementos inicialmente não previstos, o que pode explicar o número desigual de usuários em cada modalidade<sup>7</sup>.

Durante esse período as maiores limitações foram: conciliar as atividades dos produtores com as dessa pesquisa, os deslocamentos entre os municípios e o pouco tempo de permanência em cada lugar.

Limitações estas que foram contornadas com a tentativa de aproveitar todas as oportunidades de contatar agricultores, técnicos e demais pessoas que direta ou indiretamente poderiam contribuir com a pesquisa.

---

<sup>7</sup> Certificação por Auditoria, Certificação Participativa e Venda Direta.



### 3.1.6 Sistematização dos dados

Durante o período em que foram realizadas as entrevistas, já se foi organizando e transcrevendo todo o material tão logo era obtido, e em agosto deste ano partiu-se para a sistematização dos dados.

A análise feita durante esse período de transcrição não figurou no texto do trabalho, serviu apenas para compreensão preliminar da visão dos entrevistados, a fim de que se pudesse aperfeiçoar o procedimento nos próximos contatos e na tentativa de estabelecer quão próximos ou distantes se estava de determinados valores.

Inicialmente uma primeira leitura do material coletado foi feita “para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam” (RICHARDSON, 2008, p. 224).

As entrevistas transcritas foram analisadas de forma comparativa, onde foram agrupados expressões e vocábulos que sugiram entendimentos e perspectivas semelhantes, buscando padrões que possam definir e apontar aspectos favoráveis ou desfavoráveis para a agricultura familiar dentro do tema dos mecanismos para o controle da garantia orgânica na agricultura.

Como previsto na metodologia, usou-se a análise de conteúdo, sendo que nesse momento a pergunta era como analisar ou como tratar o material, ou seja, como codificar. Ainda utilizando a conceituação de Richardson, nesse âmbito, a codificação como sendo uma transformação, “seguindo regras especificadas dos dados de um texto, procurando agrupá-los em unidades que permitam uma representação do conteúdo desse texto” (RICHARDSON, 2008, p. 233).

Seguindo essa linha, escolheu-se utilizar as unidades de registro não gramaticais, que possibilitam “analisar documentos completos, ou parte deles, para determinar, entre outros, valores, atitudes e crenças do autor.” Dentre as unidades mais usadas no método de conteúdo, adotou-se a referente ao “tema”, que segundo Richardson, questionários e entrevistas “frequentemente são analisados em base temática” (RICHARDSON, 2008, p. 236).

Entrementes se fez necessário articular a literatura revisada com os dados coletados, o que possibilitou decompor as entrevistas e agrupá-las em tópicos por afinidade de conteúdo. Conforme transcorria o trabalho de campo, novas situações e conhecimentos práticos foram se somando, o que provocou a busca por outras fontes que viessem a reforçar o referencial teórico já existente.

### 3.1.7 Apuração dos resultados

Após a sistematização dos dados, respeitando as fases da análise de conteúdo, conforme descritas por Richardson (2008, p. 230), “a pré-análise e a análise do material”, chegou-se a última: “o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação”.

A seguir, expor-se-á uma proposta de análise, relacionando tópicos que congregam todas as questões utilizadas no roteiro de entrevistas.

## 3.2 Caracterização dos entrevistados

### 3.2.1 Perfil dos produtores

Foram entrevistados 13 produtores familiares oriundos de três regiões do Rio Grande do Sul<sup>8</sup>, a saber: Metropolitana, Serra gaúcha nordeste e Sul, mais especificamente demonstrado na tabela 1.

**Tabela 1 - Número de entrevistados por região**

Número de Produtores	Região
1	Sul
11	Metropolitana
1	Serra Gaúcha nordeste

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa.

As entrevistas em cada região ficaram condicionadas à disponibilidade e à concordância dos entrevistados. Houve também algumas indicações por parte dos técnicos que foram entrevistados anteriormente.

Levando em conta o maior número de entrevistados por região, cabe dividi-los em suas microrregionais respectivas como foi feito na tabela 2.

<sup>8</sup>Disponível em: <http://ors.com.br/regioes-estado-rs.html>.

**Tabela 2 - Número de entrevistados por Microrregião**

Número de Produtores	Microrregião
3	Grande Porto Alegre
8	Montenegro

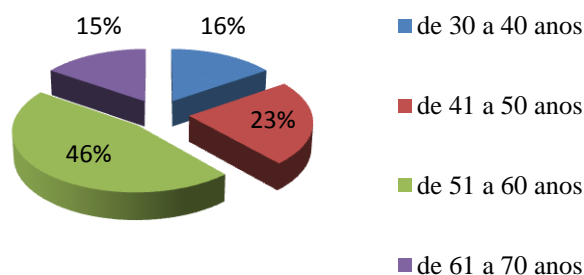
Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa

O perfil desses agricultores familiares foi definido com base nos dados obtidos nas entrevistas, como: gênero, idade, escolaridade, composição familiar, atividade e renda da propriedade. No levantamento sobre a composição familiar, buscaram-se dados sobre os filhos, sua ocupação, escolaridade e faixa etária.

Estendeu-se o levantamento de perfil também às propriedades e ao processo produtivo no intuito de contextualizar esse estudo.

Inicialmente, quanto ao gênero, constatou-se desde a primeira organização visitada o prevaecimento de produtores do sexo masculino a frente das propriedades, sendo que dos 13 questionados, 11 são homens e 2 são mulheres, que se declararam produtoras e responsáveis pelos seus empreendimentos.

As idades desses agricultores variam entre 33 e 69 anos, podendo ser visualizada a incidência na figura 2.

**Figura 2 - Faixa etária dos produtores entrevistados**

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Foi pesquisada a escolaridade dos entrevistados no sentido de estabelecer a situação educacional do grupo a ser estudado. Em nenhum momento procurou-se entender o

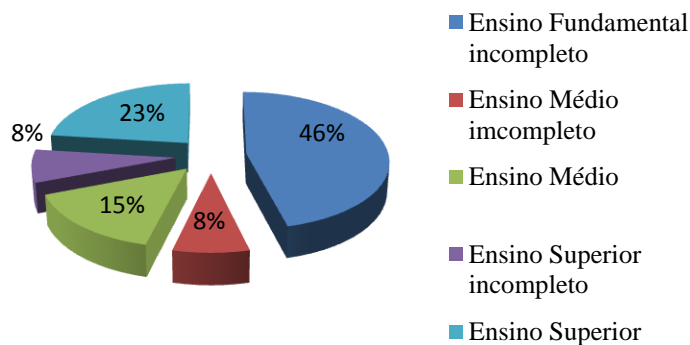
comportamento do entrevistado levando somente em conta qualidades pessoais como: inteligência, grau de instrução ou poder econômico.

Quanto ao resultado obtido, não se pode deixar de notar que o universo de agricultores aqui estudados tem baixa escolaridade em quase 50% dos casos, o que nos remeteu aos resultados do Censo agropecuário de 2006, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), em todo país. Segundo esse levantamento, divulgado na página virtual do jornal “O Estadão”<sup>9</sup>,

a "grande maioria" dos produtores é analfabeta ou sabe ler e escrever mas não tem nenhum estudo (39%) ou tem ensino fundamental incompleto (43%), totalizando mais de 80% dos produtores rurais. Entre as mulheres, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto entre os homens, essa taxa é de 38,1%. Apenas 3% dos produtores têm ensino superior, de acordo com o Censo. (O ESTADÃO, notícia em 30 de setembro de 2009).

A situação educacional dos produtores entrevistados pode ser mais bem demonstrada na Figura 3.

**Figura 3 - Nível de escolaridade**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A baixa escolaridade é a única similaridade com o censo mencionado, já que a figura mostra uma situação bem peculiar, onde os dois maiores grupos representados pelos percentuais 46 e 23 por cento, são de elementos com escolaridades bem distanciadas, um ensino fundamental incompleto e o outro ensino superior. Vale lembrar que dos 13 entrevistados, 11 são homens e 2 são mulheres. Não houve maior aprofundamento dos

<sup>9</sup><http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agricultor-tem-baixo-nivel-de-escolaridade-aponta-ibge,443486,0.htm>

motivos dessa baixa escolaridade, mas apesar dessa discrepância e das possíveis causas que a definiram, os entrevistados reconhecem a importância do conhecimento acadêmico e priorizam isso com os filhos. Cabe salientar que o baixo grau de escolaridade, aparentemente, não interfere no crescimento e desenvolvimento da atividade, assim como da propriedade em geral.

Quanto à composição familiar dos produtores, basicamente é formada pelo casal e os filhos. Essa formação é responsável pela maioria das ocorrências, sendo que a totalidade dos casais reside na propriedade e apenas filhos homens aparecem como não residentes no município. Essa situação é melhor entendida na Tabela 3.

**Tabela 3 - Composição familiar**

Entrevistados	Número de integrantes	Adultos	Crianças e jovens	Moram na propriedade
A	4	2	2	Todos
B	3	2	1	Todos
C	5	2	3	Todos
D	3	2	1	Todos
E	4	4	-	Todos
F	2	1	1	Nenhum
G	3	2	1	Todos
H	2	2	-	Todos
I	2	2	-	Todos
J	4	2	2	Todos
L	3	2	1	Todos
M	5	2	3	Todos
N	4	4	-	O casal e um filho

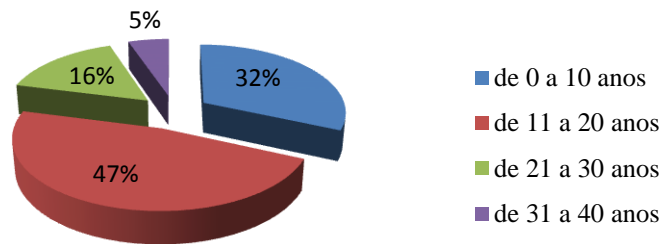
Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa.

Portanto nas Figuras 4 e 5 constarão dados sobre a idade e escolaridade dos filhos. É válido ressaltar a proximidade de algumas regiões visitadas com os centros urbanos maiores

como a região metropolitana de Porto Alegre, o que facilita o acesso e a continuidade dos estudos pelos filhos desses produtores.

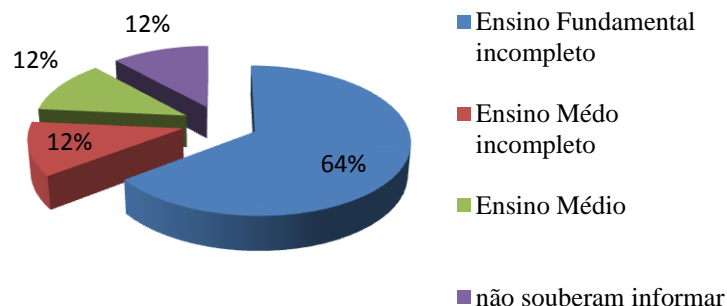
Cabe aqui registrar que deste universo, 73% são do sexo masculino e 27% do feminino.

**Figura 4 - Idade dos filhos**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa

**Figura 5 - Escolaridade dos filhos**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A incidência maior ocorreu provavelmente pelo fato dos estudantes estarem em faixas etárias abaixo de 18 anos, como referenciado na figura 4.

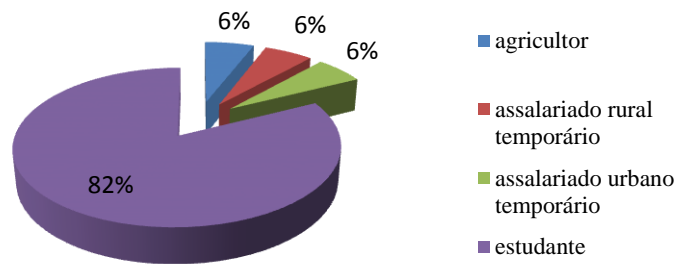
Notou-se que ao longo das entrevistas surgiram valores como a importância da permanência na propriedade rural e em dar sequência à tradição familiar que os colonos descendentes de alemães dão, e à produção de alimentos para a subsistência como uma atividade identificadora de sua ascendência germânica, motivo de orgulho para eles.

Nesse sentido, pelos dados já expostos, justifica-se a relativa preocupação quanto à sucessão familiar, demonstrada por alguns.

Ao mesmo tempo notou-se que esses agricultores não estão influenciando ou forçando os filhos a optarem pela continuidade da profissão deles e comentam que em alguns casos os filhos já estão estudando em áreas totalmente diversas a atividade dos pais.

Na Figura 6 pode-se visualizar melhor quanto à caracterização dos filhos quanto à ocupação.

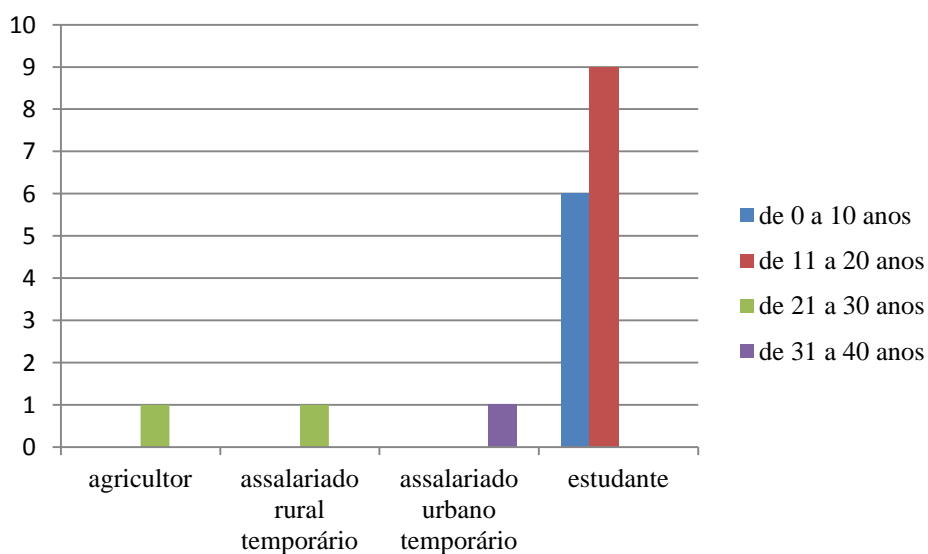
**Figura 6 - Ocupação dos filhos**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Para ser possível um comparativo dessas três situações e para um melhor entendimento construiu-se a figura 7.

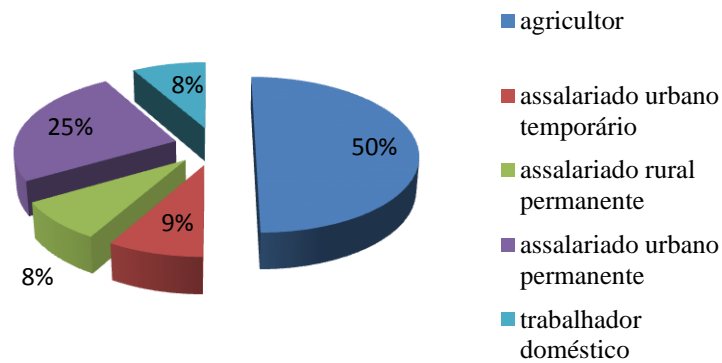
**Figura 7 - Ocupação dos filhos por faixa etária (em quantidade)**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

É expressiva a atividade dos casais dentro da propriedade, 50% dos cônjuges atuam diretamente na produção e reforçam o caráter familiar desse segmento. Desse total, 77% são mulheres que tem um papel relevante no resultado de seus empreendimentos, como se pode ver na figura 8.

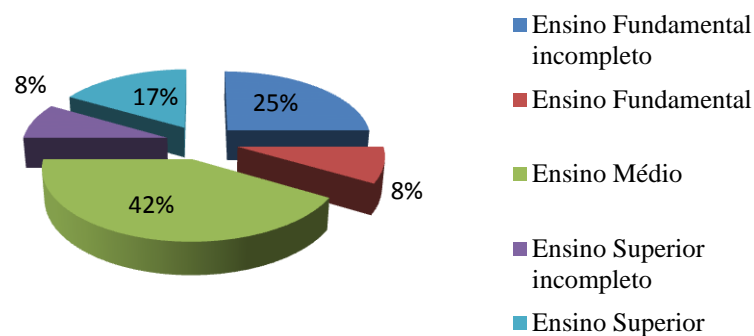
**Figura 8 - Ocupação dos cônjuges**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Na figura 9, o resultado referente à escolaridade dos cônjuges é mais positivo do que o encontrado na figura 3, vale mencionar que neste caso, o universo estudado tem maior número de mulheres.

**Figura 9 - Escolaridade dos cônjuges**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Quase a totalidade dos produtores familiares entrevistados, 92%, declarou ter a agricultura orgânica como a principal atividade e fonte de renda da propriedade. A exceção



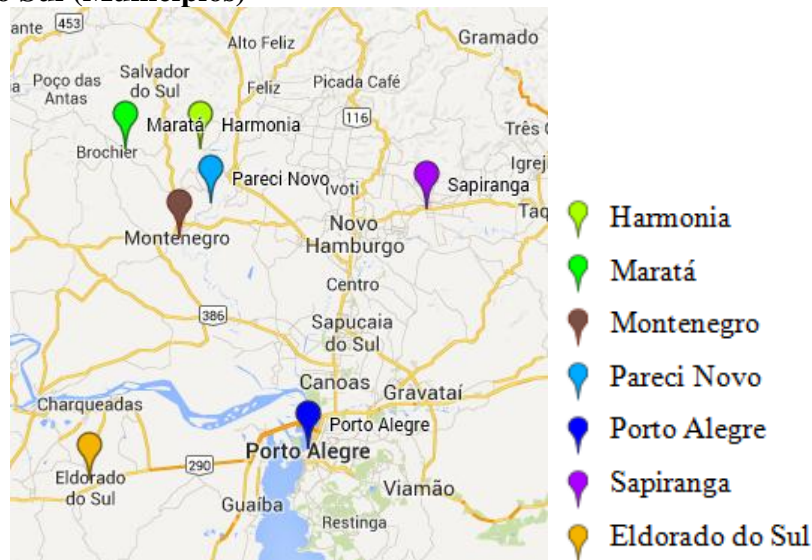
foi encontrada na região sul onde o leite é o “carro chefe” nos assentamentos de pequenos agricultores.

### 3.2.2 Perfil das propriedades

Dos 13 produtores, apenas um foi entrevistado na propriedade, onde foi possível verificar “*in loco*” a sua realidade. Os demais foram contatados nas organizações e órgãos visitados ou nos locais de comercialização de seus produtos, como nas feiras.

No entanto nas figuras 10, 11 e 12, fica demonstrada a localização dos municípios de cada propriedade e a procedência regional desses produtores.

**Figura 10 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Metropolitana do Rio Grande do Sul (Municípios)**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

**Figura 11 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Serra Gaúcha Nordeste (Municípios)**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

**Figura 12 - Localização das propriedades dos entrevistados na Região Sul do Rio Grande do Sul (Municípios)**

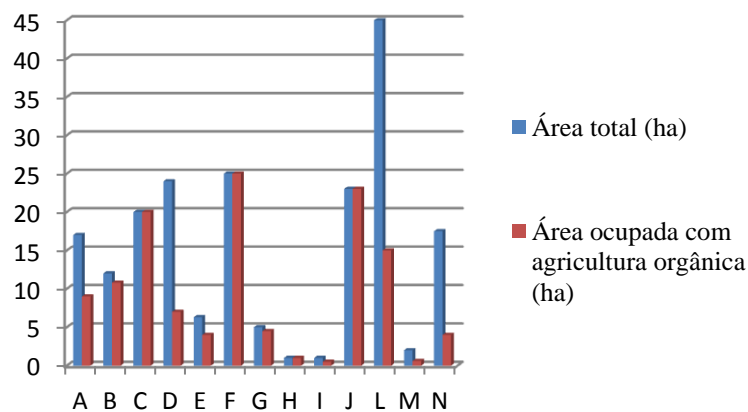


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

As propriedades desses agricultores variam entre 1 a 45 hectares, com maior incidência de áreas até 10 ha.

Da área total foi perguntado aos entrevistados quanto era destinada à agricultura orgânica, resultando o demonstrado na figura 13.

**Figura 13 - Área total das propriedades e área ocupada com a agricultura orgânica**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Algumas dessas propriedades onde a agricultura orgânica não está presente em toda a extensão, existem áreas de preservação com mata nativa, principalmente no Bioma Mata

Atlântica. Em outras a mata é usada na produção, como na cultura do “shitake”<sup>10</sup>, no sistema agroflorestal – SAF.

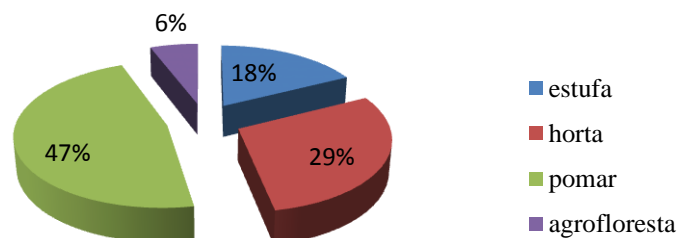
Dentre as culturas agrícolas orgânicas praticadas destacam-se as frutas: laranja, bergamota, limão, figo, banana, caqui, uva, pêssigo; hortaliças: cebola, tomate, aipim, batata doce, feijão, alho, berinjela, pimenta, cenoura, salsa, abóbora, mostarda; grãos: arroz e milho; flores e o “shitake”. Vale acrescentar que uma grande parcela dessa produção, com exceção dos citros, é para subsistência.

### 3.2.3 Processo produtivo

É visível nas falas desses agricultores, a importância dada ao uso correto de insumos para agricultura orgânica, refletindo princípios apregoados na agroecologia. No entanto reconhecem que há muito a melhorar, mas têm clareza de que já houve muito crescimento. Priorizam a sustentabilidade dentro do processo produtivo, não só no que tange à biota, mas também na parte social e econômica. Essa otimização dos recursos dentro da propriedade, segundo alguns, é o que baixa os custos e torna o orgânico mais competitivo.

Quanto aos Sistemas e técnicas, notou-se fortemente o uso de uma agricultura tradicional, com o resgate de práticas já consolidadas e que se mostraram eficazes. Pode-se ver que em regiões diferentes também ocorriam algumas variações nas técnicas e no modo de produzir.

**Figura 14 - Sistemas e técnicas aplicadas na produção**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

<sup>10</sup> Variedade de cogumelo comestível, nutritivo e rico em proteínas (produtor orgânico certificado).

Os pomares aparecem em um maior número de respostas, provavelmente devido a muitos entrevistados serem de uma região tipicamente de cultivo de citros.

No item hortas existem as de subsistência das famílias onde apenas o excedente é comercializado.

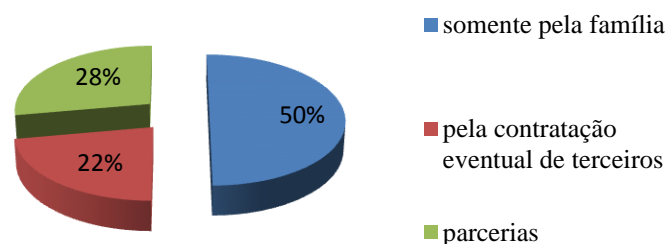
Os principais motivos dados para o uso de estufas foram: ter uma produção o ano todo, ter controle climático e para produção de mudas.

Durante as entrevistas a autora teve contato com informações sobre a agricultura biodinâmica<sup>11</sup>, que segundo um produtor orgânico entrevistado esta técnica “informa a planta, dá sinal para ela buscar geralmente o que tem no solo”, através de preparados compostos biodinâmicos.

A composição da mão-de-obra rural é visivelmente familiar, em alguns casos por obrigatoriedade, pois relatam da dificuldade em encontrar pessoas especializadas dispostas a serem trabalhadores temporários.

Essa dificuldade é diminuída nos locais onde as cooperativas mantêm equipes de trabalho vinculadas a elas que eventualmente prestam serviços aos associados, dividindo com eles os custos.

**Figura 15 - Mão- de- obra utilizada**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

As parcerias, mencionadas em 28% das respostas, se referem a pessoas que não fazem parte da família, mas trabalham de forma permanente dentro das propriedades. Entre esses parceiros e as famílias não tem vínculo formal e estes não residem nas propriedades.

<sup>11</sup>Fundada na Alemanha, em 1924, por Rudolf Steiner. Baseia-se numa compreensão profunda das leis que regem o que é vivo, tendo por pano de fundo “a fecundação das forças terrestres pelas forças cósmicas”. (produtor orgânico certificado)

Na tabela 4, verifica-se a situação quanto à mecanização e utilização de equipamentos na agricultura familiar.

**Tabela 4 - Maquinário e equipamentos agrícolas**

Entrevistados	Trator	Microtrator	Arado	Reboque	Roçadeira	Outros	Não faz uso de maquinário
A	X	X					
B		X			X	Motoserra.	
C	X		X				
D	X			X	X	Pulverizador	
E		X	X				
F	X			X	X	Grade, Pulverizador.	
G	X	X		X	X	Grade, Moedor.	
H						Pá, Pulverizador	X
I					X		
J	X		X		X	Carretão, Grade, Subsolador.	
L	X		X		X		
M							X
N	X				X	Plantadeira	

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

É interessante ver que a quantidade de maquinário não é visto como principal aspecto na produção e sim a força de trabalho humano. Caracteriza-se por um trabalho braçal com equipamentos apenas no sentido de facilitar certas atividades ou dar maior rendimento nas agroindústrias. Quando questionada a respeito de que equipamentos usavam na produção orgânica, uma produtora prontamente respondeu: “pá”, completando que essa era a ferramenta

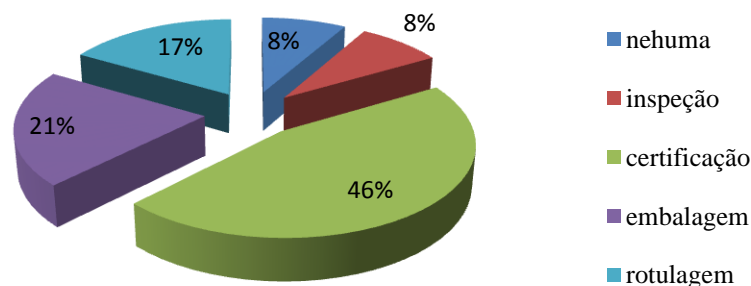
principal no seu processo produtivo. Já outro produtor entende que o usar menos o seu maquinário<sup>12</sup> é positivo e reflete no seu resultado econômico.

“Os meus tratores estão quase sempre parados no galpão, enquanto os meus vizinhos estão sempre “troteando” com os tratores deles pulverizando, isso e aquilo. Eu aprendi a conviver com isso, pra mim é bom quando o trator está parado, então o meu custo de produção baixa muito”. (produtor orgânico certificado)

O principal insumo utilizado nas propriedades é o biofertilizante ou adubo orgânico. Este é composto de resíduos de matéria orgânica que é reciclada e passa por um processo de compostagem. Alguns também se valem da adubação verde proveniente de roçadas e podas, concomitantemente com a reutilização dos dejetos de animais e de minhocários. A maioria dessa matéria orgânica se encontra no próprio local, já o biofertilizante é trazido de uma usina de compostagem, em alguns casos subsidiado. O produtor que busca de mais longe, percorre 90 km.

Os produtos são comercializados com as mais diferentes características, desde a forma “*in natura*” até com beneficiamento de agroindústrias próprias. As principais características estão contempladas na figura 16.

**Figura 16 - Características externas dos produtos**



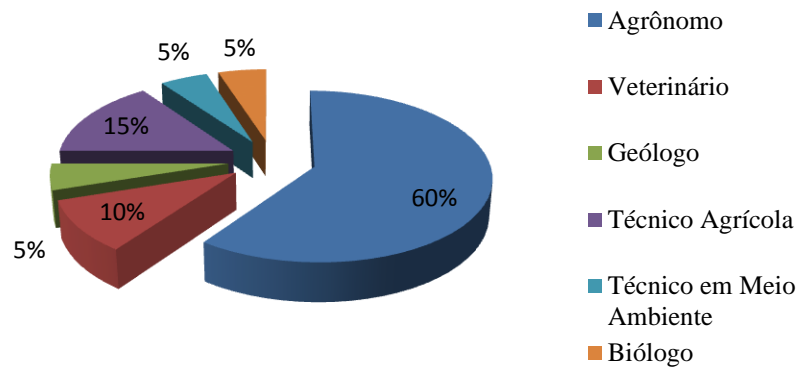
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A assistência técnica recebida pelos produtores procede principalmente das cooperativas a que eles pertencem e a órgãos públicos como a EMATER. Essa assistência é prestada no mínimo uma vez por mês, mas apareceram relatos de que se necessário ela é mais constante.

<sup>12</sup> Nas citações de trechos retirados do discurso dos entrevistados, procurou-se manter ao máximo a forma original, só introduzindo modificações quando a compreensão ficava prejudicada.

Todos são usuários de assistência técnica, sendo que a agrônômica foi apontada como a mais frequente nas propriedades. Ficando melhor demonstrada na figura 17.

**Figura 17 - Assistência técnica aos produtores**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

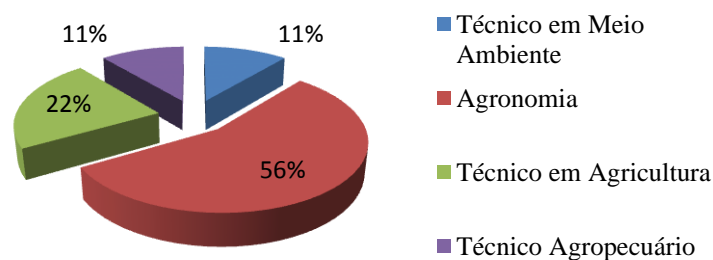
### 3.2.4 Perfil dos técnicos

Como previsto na metodologia, foram entrevistados profissionais técnicos ligados a entidades ecológicas e públicas, num total de nove.

Esses profissionais trabalham diretamente com os produtores mencionados nesta análise e tem como atividades: a extensão rural, a assistência técnica, acompanhamento para certificação e a aplicação de políticas públicas voltadas para a produção agroecológica.

Verificou-se que a relação entre técnicos e produtores é muito próxima e que há uma troca saudável de conhecimentos e perspectivas.

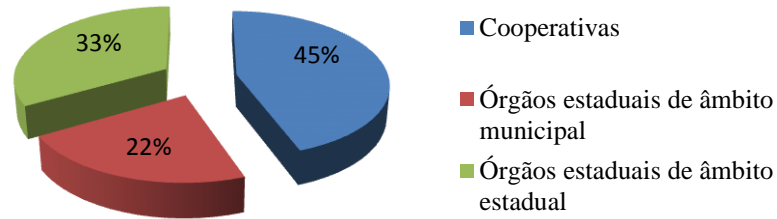
**Figura 18 - Área de atuação dos profissionais técnicos**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Todos estão vinculados a uma organização ou a uma entidade e trabalham tempo integral nas atividades mencionadas.

**Figura 19 - Locais de atuação dos profissionais técnicos**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Essa contextualização possibilitou ter uma real noção do universo em questão, contribuindo para iniciar uma vinculação com os conhecimentos teóricos.



## **4 MODO DE VIDA NA AGRICULTURA ORGÂNICA**

Constou no roteiro de entrevistas perguntas relacionadas ao modo de vida na agricultura orgânica para que se pudesse estabelecer um breve histórico do produtor em relação a sua trajetória nessa forma de produzir alimentos.

Em primeiro lugar, será discutido o contexto geográfico e cultural dos produtores entrevistados, numa tentativa de detectar que influências esses aspectos tiveram na forma de produção e comercialização da agricultura. A hipótese nesse caso é a de transferência cultural através do povoamento dos imigrantes europeus nas regiões visitadas.

Em segundo lugar, será feito um apanhado dos conceitos apontados por eles como qualificadores de sua atividade, agroecologia, qualidade de vida e satisfação pessoal. Obviamente não haverá retorno exclusivo a um referencial teórico, o ensaio é captar como os produtores enxergam cada um destes conceitos, supondo ter relação com a afirmativa deles de que a agricultura orgânica é uma saída para produção familiar.

Em terceiro e último lugar, serão analisadas as vantagens e desvantagens da ocupação que exercem, procurando levantar elementos que favoreçam ou desfavoreçam a continuidade desse tipo de produção. A ideia aqui é entender quais destes aspectos pesam mais nas decisões deles.

### ***4.1 As regiões visitadas***

Embora a validade das conclusões deste trabalho não seja limitada geograficamente nem o objeto deste estudo sejam os locais visitados, pretende-se estabelecer um paralelo de comparação com as possíveis regiões aonde venham a serem aplicados os resultados.

#### **4.1.1 Região Metropolitana do Rio Grande do Sul**

Esta região, onde concentrou o maior número de entrevistas pode ser subdividida em duas microrregiões, Grande Porto Alegre<sup>13</sup> e Montenegro. A primeira congrega 22 municípios, num total de 3.629.049 habitantes e tem uma área de 5.591 km<sup>2</sup>. Esta microrregião se localiza no Bioma Pampa com fragmentos no Bioma Mata Atlântica.

---

<sup>13</sup><http://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-porto-alegre.html>

**Figura 20 - Mapa com a localização da região Metropolitana do Rio Grande no Sul**



Fonte:<http://www.regiaometropolitana.ors.com.br//>

Durante o trabalho de campo, teve-se oportunidade de conhecer alguns pontos da zona rural de Porto Alegre. Ao contrário da impressão de grande urbanização, é a 2ª capital brasileira com a maior zona rural, com áreas produtivas e de preservação ambiental. É expressiva a agricultura familiar, com pequenas propriedades e comunidades indígenas.

Depois dos açorianos, os primeiros imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul foram os alemães<sup>14</sup>, em 1824. Mais tarde, em 1875, vieram os italianos. Nesta região é grande a influência vinda com a colonização alemã, que fundaram municípios como São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Na microrregião Montenegro<sup>15</sup> está o Vale do rio Caí, onde a colonização alemã também é muito expressiva, com cidades como São Sebastião do Caí, Maratá e Harmonia que tem sua fundação atribuída à colonização alemã. Esses colonos desenvolveram a pequena propriedade e o trabalho familiar. Na agricultura foram grandes produtores de milho, feijão, batata, trigo e mandioca, cultivos que preservam até os dias atuais.

A microrregião Montenegro tem uma população estimada em 202.509 habitantes, distribuída em 21 municípios, com uma área geográfica de 2.081 km<sup>2</sup> de extensão. Esta microrregião faz parte do Bioma Mata Atlântica.

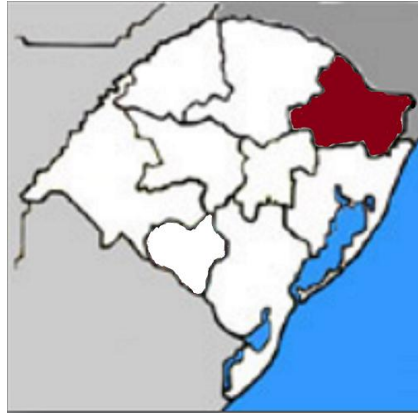
É interessante ressaltar que as distâncias entre esses municípios são pequenas, o que favorece a participação em feiras em Porto Alegre e em outros lugares da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Também oportuniza condições para formação de grupos e a frequência em reuniões e capacitações.

<sup>14</sup><http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao4.htm>

<sup>15</sup> <http://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-montenegro.html>

#### 4.1.2 Região Serra Gaúcha Nordeste

**Figura 21 - Mapa com a localização da região Serra Gaúcha Nordeste no Rio Grande do Sul**



Fonte: <http://www.serragaucha.ors.com.br/>

Distante aproximadamente 130 km da capital, esta região congrega 13 municípios e tem como base da economia a agricultura e o turismo. Com aproximadamente 750 mil habitantes. O seu relevo, diferente do resto do Estado que é predominantemente plano, tem altitudes moderadamente altas, de até cerca de 1.300 metros. Também faz parte do Bioma Mata Atlântica.

A colonização italiana<sup>16</sup> presente primeiramente na região da atual Caxias do Sul se estendeu e povoaram Bento Gonçalves, Antônio Prado, Veranópolis, Farroupilha, Guaporé e outras. Os colonos italianos adotaram inicialmente uma economia voltada para seu próprio sustento, ou seja, de subsistência. Seu principal produto agrícola era o milho, que servia de alimento tanto para as pessoas quanto para os animais. Mais tarde introduziram a cultura da uva e a produção de vinho, reconhecidos até hoje em todo o país.

#### 4.1.3 Região Sul

A região sul deste Estado é predominantemente composta por vegetação campestre (gramíneas, herbáceas e algumas árvores). Pertence totalmente ao Bioma Pampa, tem características muito próximas das demais regiões deste Bioma, no entanto apresenta relevo compatível com a serra do sudeste, um planalto que compreende um conjunto de ondulações

<sup>16</sup><http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao5.htm>

suaves cobertas por vegetação rasteira, as coxilhas. Com 25 municípios, apresenta condições propícias para pecuária e agricultura de baixa altitude.

**Figura 22 - Mapa com a localização da região Sul no Rio Grande do Sul**



Fonte: <http://www.regiaosul.ors.com.br/>

Pode-se falar da influência mais recentemente com a migração de colonos, nos anos 80, provenientes dos movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que foram assentados pelo Governo Federal e Estadual, tendo uma forte presença em diversas regiões do Estado.

Esses colonos assentados são hoje os principais responsáveis pela economia de alguns municípios como, por exemplo, o município de Candiota, visitado durante este trabalho.

A diferença entre todos os municípios e regiões visitadas ficou bem marcada e refletiu diretamente neste trabalho, sendo relevante salientar que esse aspecto precisa ser levado em consideração na análise do tema proposto.

#### ***4.2 Agroecologia***

“Eu sempre olho os que não fazem, se conhecessem, todos fariam com certeza, se tivessem coragem de mudar o sistema, que é muito fácil, em algumas linhas, se vai aprendendo quando quer”, apregoou um produtor orgânico a respeito de ter optado pela agroecologia.

Todos os entrevistados demonstravam clareza no que se refere à diferença entre produto orgânico e produto chamado “convencional”, se referindo àqueles que não são produzidos a partir de um sistema ecológico e não necessitam de certificação para assegurar o

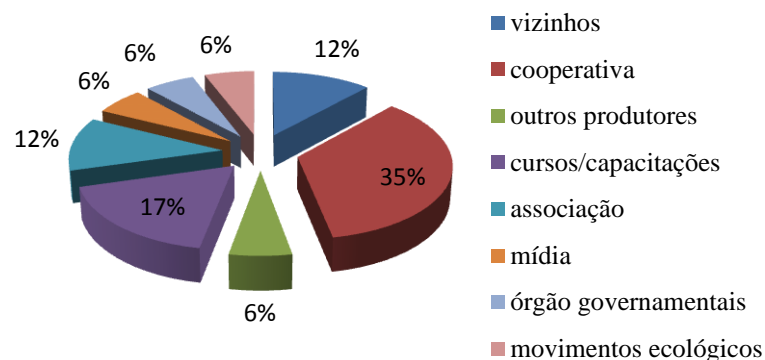
que são. Da mesma forma mostravam entendimento de vários princípios agroecológicos vivenciados no seu dia-a-dia.

Como já foi visto, agroecologia é uma ciência em construção<sup>17</sup>, congrega muitos conceitos, que um estudo superficial do tema pode não contemplar. Demanda muitas vezes mudanças de posturas e na cultura de seus praticantes.

No caso dos treze produtores entrevistados, sete já praticavam a agricultura levando em consideração os aspectos ambientais e de sustentabilidade antes mesmo de terem contato com os conceitos de uma agricultura de base ecológica.

O contato desses produtores com a agricultura orgânica foi atribuída a diversos canais, como demonstrado na figura 23.

**Figura 23 - Canal de informação sobre a Agricultura Orgânica**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

É possível ver o papel importante dos grupos formais, a exemplo das cooperativas, como difusoras de conhecimento e de formação, onde o canal apontado em 17% das respostas, como capacitações e cursos são também atividades que ocorreram dentro das organizações.

Ficou demonstrado nas conversas o desejo dos produtores já praticantes da agricultura orgânica em agregar mais pessoas a esta forma de produzir, vendo isso como forma de fortalecimento dos grupos e não como uma concorrência, o que pode ser visto em 12% das respostas, onde outros produtores e vizinhos foram os principais propagadores deste estilo de produção.

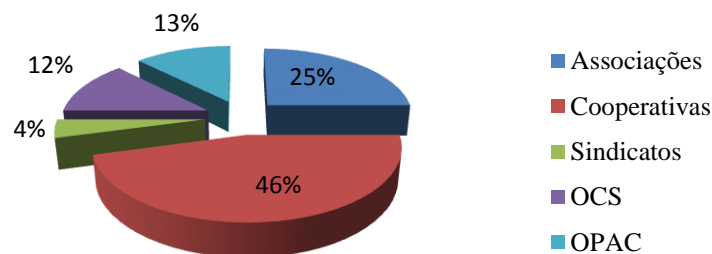
<sup>17</sup>AQUINO e ASSIS, 2005

Todos os produtores entrevistados estão vinculados em pelo menos um grupo, mesmo que informal, que reúne produtores e demais interessados na atividade. Eles entendem que isso contribui para um resultado positivo nas suas propriedades.

“Bom, em primeiro lugar trabalhar em cooperativa te fortalece, porque tem tanta gente grande que trabalha e a gente está acostumado a crescer e todo mundo quer crescer e o grande esquece-se do pequeno, então a gente se unindo vai ter uma forma muito melhor de trabalhar” (Produtor orgânico certificado).

Essa vinculação é melhor observada na figura 24.

**Figura 24 - Local de vinculação dos produtores**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A OCS (Organização de Controle Social) e os entrevistados que participam desse tipo de grupo fazem venda direta ao consumidor, em suas propriedades, eventos, vendas institucionais e em feiras ecológicas.

Já os que participam de uma OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) estão vinculados a núcleos da Rede de Agroecologia ECOVIDA<sup>18</sup> aqui no Estado, que há 14 anos, foi criada para conectar diversas organizações e grupos da região sul do Brasil com o objetivo principal de trabalhar a favor da agroecologia. Compostos por grupos familiares e entidades de apoio, estes núcleos são como células da trama, responsáveis por desenvolver, multiplicar e regular, entre si, a agricultura familiar de orgânicos. Os produtores pertencentes a estes núcleos comercializam além do já citado, também para supermercados, restaurantes podendo ser em todo o território nacional. Há casos de produtores que participam dos dois grupos.

<sup>18</sup> <http://www.organicnet.com.br/2013/05/rede-ecovida-incentiva-a-agricultura-familiar-agroecologica/>

Os técnicos reafirmam a importância desses grupos, formais ou informais para que os produtores trabalhem em melhores condições.

“Tem que ser feito todo um trabalho de base, do que é o associativismo, que em grupo a gente consegue caminhar melhor do que sozinho... e tu não tem resposta pra tudo, pros problemas, tem que construir junto com eles... resgatar um pouco o saber popular...mas é importante uma assistência técnica nesse processo, ajudar o produtor a superar os desafios”(Profissional técnico).

“É importante para o processo, qualifica o processo, a gente tem avaliar no sentido de qualificar o processo, não em si pela questão legal, mas na parte operacional é importante. Na nossa experiência os grupos são a parte mais importante do processo, a gente prioriza e fortalece. É um facilitador do processo” (Profissional técnico).

Diante disso surgiu uma dúvida: será que o fator ideológico é muito forte porque os agricultores orgânicos estão vinculados a grupos e instituições ecológicas ou porque essas as organizações naturalmente atraem e mantêm os idealistas? Essa questão não ficou definida porque ao mesmo tempo em que as cooperativas, associações e grupos formais promovem atividades voltadas aos princípios de uma agricultura de base ecológica, pessoas com forte senso ideológico formam grupos para desenvolverem suas convicções.

#### **4.2.1 Qualidade de Vida**

A agricultura orgânica é apontada por muitos como o principal fator para uma melhor qualidade de vida e realização pessoal.

Várias são as definições de “qualidade de vida”, optou-se em ficar com a da Organização Mundial de Saúde (OMS) que a define como “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (ALMEIDA, 2012, p. 20).

Quando abordados com perguntas como: o que o fez escolher a agricultura orgânica ou o que o motivou a permanecer nesta atividade, percebia-se que ao responder, os produtores o faziam com certo orgulho de suas atividades e convicções.

“Sempre gostei muito de trabalhar em agricultura, em primeiro lugar, mas o fato de ser orgânico, porque eu vejo que é uma coisa que faz bem ao ser humano, a vida em si, não prejudica nada. Até tu anda um pouco na contramão do mundo, aquilo que o mundo prega, mas acho que é o cuidado com a vida”. (produtor orgânico certificado)

Salientaram a importância de suas atividades, “primeira coisa é a qualidade de vida, questão social, a segunda é justamente isso, estar gerando um benefício social, comunitário e familiar também, ajudando na sustentabilidade” (produtor orgânico certificado).

Também em alguns casos notou-se o cunho ideológico presente em seus discursos, fato que ultrapassa os limites das propriedades e caracteriza não só a atividade deles como as suas vidas. Uma produtora entrevistada enfatizou que quando se integrou no movimento para agricultura orgânica, “pensou mais na saúde das pessoas. Por isso que quando surgiu o grupo a gente pensou em fazer alguma coisa diferente, começar a mudar a cabeça das pessoas” (produtora orgânica certificada).

Essa ideologia é difundida pelos técnicos que assistem esses produtores em todos os lugares visitados.

“A primeira questão é a cabeça, a gente tem que mudar a parte cultural, a maneira de pensar...entender mais de técnicas agroecológicas, de como se dão os cultivos e principalmente a questão da ética nas relações, porque agroecologia não é simplesmente a gente produzir alguma coisa sem veneno, sem adubo químicos, sem mudar a relação entre as pessoas...tem que se enxergar melhor entre os seres humanos e a relação com a natureza.(Profissional técnico)

Outra produtora defende que “a agricultura orgânica, a agroecologia é um modo de vida, não é só uma produção... não é só um meio de lucratividade”.

O mesmo afirma outro produtor, “eu acho que sobre a produção orgânica, não tem que fazer só por causa de uma questão de regra, de certificação ou de lei, acho que o produtor tem que adotar como princípio de vida”.

Todos falam da satisfação pessoal em promover às suas famílias autossuficiência em alimentos saudáveis e obter renda contribuindo com saúde de outras pessoas.

“Na realidade a agricultura orgânica, se ela for bem trabalhada, além do resultado financeiro melhor, ela recupera a autoestima do produtor, ela faz com que o produtor volte a enxergar a propriedade como um organismo, consegue perceber que ele não deve apenas tirar, sugar a lavoura em si, que ele consegue se inserir como fazendo parte da sociedade, porque o ser humano em geral ele tem que voltar a se sentir dentro do ecossistema, dentro de um organismo chamado planeta”. (Produtor orgânico certificado)

Ideia também apontada pelos profissionais técnicos entrevistados.

“Quando ele faz opção pela agroecologia ele tem algumas melhoras, uma delas é do ponto de vista psicológico, ele se sente muito bem, principalmente os que comercializam direto, eles pensam na saúde, podem falar do produto deles, se



sentem à vontade, porque não colocaram nada que possa prejudicar”. (Profissional técnico).

“Tem produtor ecológico que coloca que na verdade a satisfação que eles têm em produzir hoje suplanta o lucro, eles dizem que isso não tem preço. Não é só a valoração econômica, mas como ser humano, qualidade de vida. A responsabilidade de eles estarem produzindo um alimento saudável pra ele, mas também para o consumidor. Ele tem contato semanalmente com esse consumidor, o consumidor confia naquele produtor.” (Profissional técnico).

### ***4.3 Vantagens e desvantagens da Ocupação***

O contato com os produtores em meio as suas realidades nos fez reagir com certa euforia diante do que nos era exposto, surgiu então a preocupação com a imparcialidade necessária na manipulação dos dados e consequente análise.

A saída encontrada foi analisar o material que foi transcrito e agrupado durante o trabalho de campo somente após o retorno ao município de Dom Pedrito e aguardado um período mínimo para que o necessário distanciamento.

Surgiram, durante o questionamento de que vantagens existiam nessa ocupação, aspectos dos conceitos já citados anteriormente, como: uma boa qualidade de vida e as conveniências de um sistema agroecológico. No entanto a maioria aponta a flexibilidade de horários e o fato de estar trabalhando em “casa”, ou seja, decidir como, quando e para onde ir, como a primeira vantagem.

“a maior vantagem que tu tem é a tua independência, tu não depende mais de grupos, de empresas ou de sistemas que sugam a tua vida em si, a tua energia. Tu consegues tomar as tuas próprias decisões e atitudes. Isso é o que te fortalece como pessoa”. (produtor orgânico certificado)

Em segundo lugar, ao contrário do que se pensava antes desse estudo, apontaram o baixo custo dos insumos e a possibilidade de reaproveitamento total dos recursos dentro de suas propriedades como a vantagem econômica mais significativa. É necessário dizer que muitos dos entrevistados são vinculados a organizações que subsidiam fertilizantes orgânicos, bem como franqueiam assistência técnica, cursos entre outros, como explicitado no capítulo 2. “O meu custo reduz muito na produção, é um contrassenso do que os outros dizem, é o contrário”. (produtor orgânico certificado)

Este modelo de agricultura, onde o local de produção agrícola é compreendido como um ecossistema<sup>19</sup> se apresenta como alternativa à agricultura familiar, na opinião de muitos entrevistados, já que utiliza todos os recursos existentes na propriedade, oportunizando ao pequeno produtor minorar seus custos.

Quando questionados sobre as desvantagens de sua atividade, os entrevistados mudavam a palavra “desvantagem” por “obstáculo”, argumentando que não viam desvantagens e sim obstáculos a serem transpostos.

Portanto, o primeiro “obstáculo” apontado é o fato de a atividade ser ao ar livre, sujeita a toda e qualquer intempérie o que pode causar maior desgaste e preocupação ao trabalhador. Da mesma forma é um trabalho braçal, que requer boas condições físicas dos colaboradores, o que leva a outra dificuldade, que é a de dispor de mão de obra disponível e qualificada, mesmo que temporária, conforme comentado na figura 15.

Por último fizeram menção sobre a renda na agricultura orgânica ser em longo prazo, pois dependendo da situação do solo e dos demais recursos naturais da propriedade, uma conversão para esse novo sistema de cultivo pode se prolongar.

---

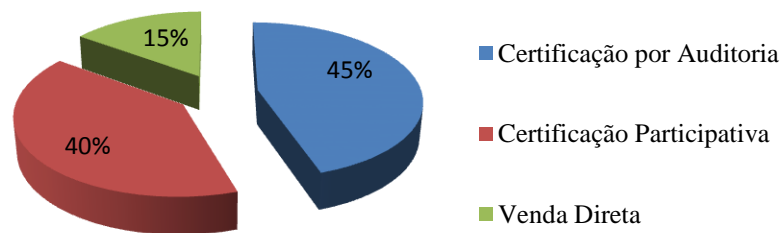
<sup>19</sup>GLIESSMAN, 2009

## 5 MECANISMOS PARA GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

O roteiro de entrevistas se encerrou abrangendo especificamente o ponto mais relevante desta pesquisa, levantar dados para discutir sobre os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar, vantagens e desvantagens. De igual forma como já demonstrado no capítulo 3, os entrevistados puderam discorrer livremente sobre as perguntas propostas, com interferências apenas no sentido de esclarecer questões estranhas a esta pesquisadora.

Para demonstrar melhor a participação dos produtores entrevistados, em cada modalidade para a garantia da qualidade orgânica construiu-se a figura 25.

**Figura 25 - Incidência das modalidades utilizadas pelos entrevistados**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A incidência demonstrada reflete o número total de respostas e não o de produtores, já que há casos de agricultores participantes em mais de um mecanismo para a qualidade orgânica.

Existem produtores nesse grupo que também são certificados em “Comércio Justo” que é uma forma de certificação distinta da orgânica, com obrigações eco sociais.

Quando perguntado ao produtor orgânico como ele soube da existência dos mecanismos para a garantia da qualidade orgânica, obtiveram-se resultados similares ao encontrados na figura 23, o que reforça a importância dos grupos e organizações para os seus integrantes.

Na tabela 5 discriminou-se quando os produtores iniciaram o processo para garantia da qualidade de seus produtos e propriedades.

**Tabela 5 - Ano do início no processo de certificação ou venda direta**

Entrevistados	Ano
A	2008
B	2012
C	1998
D	2012
E	2008
F	2000
G	Não lembra
H	2009
I	2007
J	1999
L	2007
M	2011
N	2010

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Quando se iniciou esse bloco de perguntas, os entrevistados respondiam basicamente que “com a certificação passa garantia para quem consome” (produtor certificado), ou que era apenas consequência de estar em um grupo que já usava certificação.

Aprofundando um pouco mais, percebeu-se que as opiniões, no entanto, diversificavam e aspectos como a ética e a confiabilidade do produtor e no produtor foram aparecendo.

“O principal é o produtor estar consciente com o que ele faz, porque não é uma certificadora, tanto participativa como por audição que vai realmente garantir o produto, quem garante mesmo é quem está lá fazendo. Todas as audições e todas as certificadoras, elas não garantem 100% que o produtor não está fazendo nada errado. É uma necessidade para quem consome lá do outro lado por causa da falta de ética do ser humano”. (Produtor orgânico certificado)

“De certa forma quando pra ser orgânico tu tem que ser certificado, de acordo com a lei, tu diz que o produtor, aquilo que ele diz não corresponde com aquilo que ele faz,

então questiona a ética do produtor, é uma questão contraditória”.(Profissional técnico)

Há também muita preocupação com este aspecto, o da ética do produtor, por parte dos técnicos, pois sem ela o sistema fica muito fragilizado, dizem eles.

“As questões de saúde, tanto da família como do consumidor, esse entendimento de sistemas, da questão do meio ambiente, da importância da gente ter um ambiente melhor pro presente e pro futuro, a questão da ética, que é muito importante, eu acho que é a mais importante que tem que ser retomada constantemente, porque a gente vive numa lógica capitalista, então os caras são muitas vezes seduzidos pelo preço melhor, alguma coisa assim e chega numa situação que faltou produto, daí pega do vizinho porque está com aquela lógica do dinheiro, então a gente procura não dar tanto a ênfase na questão do dinheiro, mas por outro lado dar uma ênfase que tem um mercado consumidor tem gente que quer esse tipo de produto mais saudável, é um bom nicho de mercado também. A família tem que se manter, mas não pode essa questão do acúmulo financeiro ser a lógica principal, que aí acaba deslizando pra pegar produto que não é orgânico e vender como orgânico.” (Profissional técnico)

E desabafam dizendo que “há um peso muito grande sobre a produção orgânica, e a outra produção<sup>20</sup> faz o que quer, põe o que quer e não precisa provar nada.” (Profissional técnico)

### ***5.1 Certificação como ferramenta de mercado***

Outro viés apontado pelos entrevistados é o da certificação de orgânicos como opção de mercado, exigência para alcançar nichos que de outra forma não seria possível.

Episódios mundiais, como a doença da “vaca louca”, a “gripe aviária” e a crise dos pepinos espanhóis, justificam a preocupação dos consumidores em ter garantias quanto à segurança e qualidade dos produtos que adquirem.

Para alguns produtores é o motivo principal para participarem de um processo de certificação: “exigência dos mercados, é só isso, porque o mercado exige, porque senão o teu produto parece que não tem o valor que realmente vê que tem”, argumentou um produtor orgânico certificado.

Os produtos orgânicos são considerados “bens de crença”, uma vez que “apresentam atributos de qualidade que não são identificáveis mediante simples observação” (LAGES (2006), apud CALDAS ET. AL, 2012). Como tal precisam de instrumentos para gerar essa credibilidade, não só do produto agroalimentar como dos processos que o geraram.

---

<sup>20</sup> Se referindo à produção convencional.

Os mecanismos constantes na legislação brasileira no tocante aos orgânicos são compostos por certas regras e procedimentos e acabam refletindo uma dinâmica de mercado. “Hoje está melhor, com o que a gente fazia documentado, ficou melhor. Mas a grande questão é a questão de mercado, a procura é maior (Produtor orgânico certificado).

Não só o produtor, mas as organizações são beneficiadas, “amplia mercado...o organismo fica mais visível e as oportunidades de vendas de feiras, e o mercado procurando organismos já é bem maiores”(Profissional técnico).

Mesmo assim, internamente eles sabem, como já foi dito, que a certificação não garante totalmente a lisura do processo, mas a acatam como instrumento de mercado.

O fato de a gente certificar tem por trás tem uma visão de mercado, de não retroceder no processo. A gente continua acreditando no processo formal, nos grupos informais, e acredita no trabalho deles, porque a gente conhece os nossos produtores, e sabe como eles fazem. Os processos agroecológicos existentes, certificados ou não certificados, não são melhores ou piores por serem certificados ou não, eles merecem a mesma consideração, é uma questão de mercado. (Profissional técnico)

## ***5.2 Certificação por Auditoria e Participativa***

A certificação por auditoria, ou de terceira parte é marcada pela verticalidade dos processos e por concentrar as decisões nas empresas certificadoras. Por outro lado no caso do Sistema Participativo de Garantia – SPG, o processo já recai na horizontalidade de relações que unem produtores, consumidores e demais interessados.

Até o momento a certificação por auditoria é a única com validade internacional, no entanto o sistema participativo é considerado “o único avanço grandioso na legislação brasileira... o mundo inteiro está de olho nisso” (Profissional técnico).

Em âmbito nacional, a certificação participativa é reconhecida por lei como uma modalidade equivalente à certificação por terceira parte em termos dos efeitos e de sua aplicação.

“Eu acho que foi importante esse regramento, agora, eu conheço grupos que acham que foi uma coisa impositiva, que foi de cima para baixo, por mais participativo que foi, agora, na questão de documentação eu acho que é muito difícil para o agricultor.” (Profissional técnico)

A visão dos produtores, principalmente os pequenos, recai com mais simpatia nos sistemas participativos, onde se sentem mais à vontade e prestigiados em suas ideias e opiniões.

“Essa questão das certificações sociais, elas são muito importantes principalmente para os pequenos produtores familiares, primeiramente porque diminui o custo daquela questão financeira de uma certificação por auditoria, que não é pouco, que pode inviabilizar”. (Produtor orgânico certificado)

Alguns técnicos apontam a certificação por auditoria como a mais fácil de trabalhar, mesmo burocrática, não demanda tanto envolvimento dos produtores entre si, já que é uma ação mais individualizada.

Outros reconhecem as dificuldades de gerir grupos e conseguir êxito na construção de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC, que é bem mais complexo. Mesmo assim garantem que vale a pena.

“Mas hoje é uma coisa que se vê com satisfação, estão produzindo alimento saudável, gente feliz... Existe uma coisa no OPAC que é a geração da credibilidade, ela se dá nas reuniões, nas visitas, entre os pares, mas nesse organismo participativo existem duas categorias: os fornecedores e os colaboradores e estes colaboradores tem objetivos, cada um tem o seu... o que gera uma disputa muito grande... mas é uma disputa saudável. E esse vem sendo o meu papel mais difícil, que é tentar fazer o equilíbrio para que não haja dono do processo, a não ser os agricultores. Então a primeira coisa que se tem que garantir é o protagonismo do agricultor, que ele seja realmente o dono do processo”. (Profissional técnico)

### ***5.3 Venda Direta***

O controle social na venda direta nada mais é do que um cadastro no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, feito pelas OCS (Organização de Controle Social).

Como já mencionado no referencial teórico, as OCS podem ser formadas por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com personalidade jurídica ou não, de agricultores familiares que tenham a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Essa modalidade é prevista para produtores que comercializam seus produtos diretamente ao consumidor, sem intermediários.

“É a tua imagem perante o consumidor... eles compram porque me conhecem... eles me enxergam ali, eles enxergam o meu produto, tem a credibilidade daquilo que está ali”. (Produtora orgânica certificada)

Esse tipo de comercialização dá condições de estabelecer uma relação muito próxima com o consumidor, possibilita geração de confiança entre eles e oportuniza negociações a preços mais justos.

“Se a gente conseguisse o consumidor ir lá na produção, fazer tipo uma relação de intercâmbio, não precisaria de certificadora. Que ele fosse ver como tu produz e confiar, e conseguir ter uma confiança de quem produz lá, conhecer a pessoa, eles irem periodicamente, buscarem o produto que eles precisam, não precisaria certificação, desde que eles conseguissem confiar no teu trabalho”(Produtor orgânico certificado).

É a oportunidade de o produtor demonstrar sua preocupação em cultivar alimentos saudáveis e se dar a conhecer pelo seu cliente.

“Pra poder persistir, tem que ter convicção, não só a questão econômica, mas o benefício para que vai trabalhar e tendo em vista o consumidor também, a gente mesmo com essa venda direta, tem que ter esse enfoque, produzir aqui um produto de qualidade que vai chegar lá na ponta final bom para o consumidor” (Produtor orgânico certificado).

Há também os que defendem esse mecanismo com o ideal.

“A melhor garantia que a gente acredita é quando o consumidor e o produtor faz uma relação, se conhecem, acho que essa é a maior garantia que tem valor, em qualquer situação. Pra um efeito legal, se padronizou o processo, para ter um caráter certificado ou não certificado, pra certas vendas isso virou uma norma. Se tu faz uma venda institucional, isso é importante, mas isso tem o seu custo, isso encarece o processo. Se isso é bom ou não, é relativo, é um bom relativo, porque onde for possível a relação ser direta, entre quem consome e quem vende, eu acho que é um processo que tem que ser estimulado, ele dá garantia também, ele é eficiente e ele não encarece para o produtor, torna mais viável”. (Profissional técnico)

Apesar disso e da desburocratização deste mecanismo, e da possibilidade de inserção em vários mercados, houve relatos que ao formarem as OCS, era já pensando numa OPAC na sequência, com intenção de terem a certificação participativa.

#### ***5.4 O rendimento na agricultura orgânica certificada***

A agricultura orgânica é em muitos casos uma atividade de retorno em longo prazo, como apontado anteriormente nas dificuldades dessa atividade. No entanto após a certificação ou a verificação da capacidade da propriedade em produzir e comercializar como orgânico



existem mercados, como o institucional, que valorizam esse produto em até 30%<sup>21</sup>. Mesmo em mercados privados e sem o amparo da lei, os produtores comparam que

“os preços máximos praticados lá fora eram bem melhores, mas muita produção era perdida e aquilo que não era tão bonito, o preço era muito baixo, pois se eu pego o preço médio praticado é melhor” (produtor orgânico certificado).

Muitos se referem que o valor recebido se torna maior, não necessariamente pela certificação, mas pela redução dos custos da produção orgânica conforme descrito no capítulo anterior, mais especificamente nas vantagens desse sistema.

O ganho financeiro não foi o que pautou como prioridade dos produtores nas entrevistas, inclusive viam como um aspecto a ser trabalhado nos grupos. “Eles querem ser orgânicos na ideia sempre de ganhar mais, então a gente tem que trabalhar a consciência mais, para que eles vejam que não é só ganhar mais, que isso é consequência” (Produtor orgânico certificado).

### ***5.5. Mecanismos Para Garantia Da Qualidade Orgânica: vantagens e desvantagens***

Entendia-se a princípio que o levantamento das vantagens e desvantagens dos mecanismos para a qualidade orgânica possibilitaria dar ao produtor familiar condições de escolher qual modalidade seria a mais vantajosa para a sua realidade. Essa hipótese simplista se mostrou parcial, pois ao longo do trabalho de campo constatou-se que o processo decisório dos produtores era bem mais amplo e diversificado.

No entanto, o questionamento sobre os pontos positivos e os negativos dos mecanismos, serviu para desencadear outras circunstâncias não previstas e que mostraram que as discussões sobre o tema deste estudo não se esgotarão com o fechamento deste trabalho.

Inicialmente cabe dizer que através do seu regramento, a legislação sobre certificação de orgânicos forçou uma adequação que tirou o agricultor de um possível comodismo, isso é reconhecido pelos técnicos entrevistados, que veem como uma vantagem e consideram que após a inserção dos produtores num processo de certificação, eles melhoraram “tanto tecnicamente como comercialmente” (Profissional técnico).

Todas as utilidades apontadas nas seções anteriores, como a geração de trabalho mais valorizado e a abertura de mercados são reconhecidas como aspectos importantes da certificação. No entanto é a possibilidade da garantia repassada ao consumidor e a boa

---

<sup>21</sup>(Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, art. 17, parágrafo único).

imagem conquistada através da utilização desses mecanismos, frente aos consumidores que é considerada a maior vantagem.

No geral todos têm em vista que a legislação que estabeleceu os mecanismos de certificação e venda direta é um avanço para a agricultura orgânica e familiar no Brasil.

Quando passamos a tratar das desvantagens desses mecanismos, muitos ao fazer uma comparação entre eles, disseram que a certificação por auditoria tem um o alto custo de uma empresa certificadora para fazer uma inspeção, sendo que na participativa “não tem custo, o custo deles é a participação em reuniões” (Profissional técnico), o que foi também considerada uma desvantagem, pois observam o grande envolvimento necessário para dar andamento a um processo de certificação, o que pode acabar tirando o foco da produção.

“A gente se envolve em muito mais questões fora da produção do que dentro da propriedade. Hoje seria muito simples se tu fosse só produzir, teu foco é produzir, mas tu hoje pra produzir diferente, tu tem que provar, tu tem que participar de fatores extra campo. No fim das contas tua energia menor é gasta em produzir, a maior energia tu gasta em toda a burocracia que tu precisa pra provar uma coisa que tu faz, só porque tu faz diferente”. (Produtor orgânico certificado)

Nota-se nesta fala certo sentimento de indignação com essa prévia “desconfiança” que o produtor sofre se não tem a certificação.

Na venda direta não houve identificação de desvantagens, talvez devido aos que a praticam não terem interesse, no momento, em ampliar mercado.

O que realmente gerou relatos de insatisfação dos usuários diz respeito com a operacionalidade desses mecanismos e seus desdobramentos, como o excesso de burocracia.

“É um processo extremamente burocrático no nosso caso, a gente considera, o nível de comprovação que a gente tem que fazer documentação e tal, ele ocupa bastante tempo da gente, bastante preocupação. Isso é importante pro processo, a gente reconhece, mas dá bastante ocupação. Principalmente esse fator que eu acho que inibi mais as entidades de pequenos querer certificar”. (Profissional técnico)

Outra questão interessante é a percepção deles de que a certificação não deveria virar um monopólio ou uma indústria para alavancar recursos, obrigando os produtores a recorrerem apenas a determinados grupos empresariais para obterem condições de competirem no ramo de orgânicos.

“a gente vê claramente, muitas vezes, um jogo de interesses, que se criam sistemas, empresas para certificar, que se preocupam em ganhar dinheiro em cima, porque a mais ideal seria a participativa, porque é onde realmente traz bem o foco de um

organismo, de uma sociedade, que um precisa do outro, um depende do outro, quando se trabalha junto”. (Produtor orgânico certificado)

“A maior desvantagem é essa, que a gente percebe que de novo as certificadoras, elas existem, se criam e se formam com o mercado focado pra ganhar dinheiro em cima disso...mais uma vez quem paga é nós, mais uma vez nós precisamos de gastar pra provar uma questão que de qualquer maneira a gente tá fazendo, mas vai ter que provar isso”. (Produtor orgânico certificado)

Nesse sentido encaram que a certificação participativa traz um contraponto e uma opção mais condizente com a agroecologia que prega a busca de uma menor dependência externa para o desenvolvimento de suas atividades.

Todas as supostas desvantagens em nenhum momento fizeram com que os entrevistados desmerecessem ou diminuíssem a importância desses mecanismos, pois consideram que sem eles retrocederiam em sua caminhada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho aconteceu graças à parceria com a Cooperativa de Citricultores do Vale do Caí – ECOCITRUS, com o escritório municipal da EMATER em Porto Alegre, com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul - SDR/RS e com a Cooperativa Nacional Terra e Vida – BIONATUR, no sentido de levantar informações que possibilitassem a um agricultor familiar fazer um comparativo com a sua realidade na questão da produção orgânica e dar ferramentas para basear suas análises sobre esse tema.

Nesse sentido o propósito essencial deste trabalho esteve dirigido não somente para analisar os mecanismos para a garantia da qualidade orgânica utilizados por produtores familiares, mas também de investigar as circunstâncias e aspectos relacionados com a tomada de decisões referente a esses processos.

O contato com os produtores orgânicos familiares de diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul nos mostrou a força desta categoria. Esses pequenos agricultores, que juntos acabam formando uma parcela da produção agrícola brasileira muito expressiva, nos provaram ser possível conciliar trabalho com a vida familiar, busca de renda com qualidade de vida, num quadro de labor mais harmonioso.

Pode-se acompanhar a importância das organizações (cooperativas, associações e grupos para certificação orgânica) para esses agricultores em cada município visitado, onde a viabilidade das culturas orgânicas e a comercialização delas dependem em muito desses organismos para se concretizarem.

Para os produtores visitados, a segurança é um elemento fundamental nas suas relações com as cooperativas. Segurança de vender todo o produto, segurança de receber no prazo estipulado e segurança de receber assistência técnica. Para os entrevistados o preço é bom e garantido. Nos demais casos, a presença de uma associação ou outro grupo formal traz um respaldo que minimiza as suas preocupações no se refere à destinação de seus produtos.

A adesão aos mecanismos para garantia da qualidade orgânica reflete, nos casos visitados, certo grau de profissionalização e preparo desses agricultores familiares, já que para sua inserção necessitam dominar e se apropriar de conhecimentos e ferramentas próprios do agronegócio.

Em todas as modalidades, com as avaliações feitas periodicamente, estimularam o produtor a uma constante reavaliação de seu sistema produtivo, de suas relações com a

propriedade e com as outras pessoas, a exemplo da certificação participativa onde todos os produtores visitam e são visitados, num sistema de avaliação interna permanente.

Percebeu-se o forte apelo por uma visão de mercado nas escolhas sobre certificação, que em primeiro lugar buscam o acesso e a permanência no mercado, para depois o incremento na renda.

A melhora nas condições de trabalho é atribuída ao próprio sistema agroecológico que promove manejos mais favoráveis à vida do trabalhador. No entanto reconhecem que a atenção às normas de atendimento para os mecanismos pode contribuir para isso.

Do ponto de vista da qualidade de vida, da ética e de outros conceitos abstratos, o produtor se coloca como principal ator nos grupos que ele convive, modificando seu comportamento e contribuindo para a diferenciação do seu trabalho.

Então se chegou à conclusão que nenhum mecanismo pode ser considerado melhor ou pior, mais ou menos vantajoso por si mesmo, sua utilidade ou conveniência é relativa, pois está atrelada à intenção e as condições do produtor quanto ao mercado que ele quer atingir.

Diante dessas considerações e após ter vivenciado essa experiência pode-se dizer que guardada as devidas proporções e respeitando fatores que diferenciam algumas regiões deste Estado, como a cultura, geografia e logística, a prática da agricultura orgânica e conseqüentemente a busca por uma certificação é plenamente plausível de ser considerada pelos agricultores familiares da região campanha e mais especificamente do município de Dom Pedrito, como alternativa de produção e agregação de valor ao seu produto.

No caso da APPH (Associação Pedritense de Produtores de Hortifrutigranjeiros), demandadora deste projeto, resta dizer que ficaram abertas, em todos os lugares visitados, possibilidades para visitação e intercâmbios, bem como apoio para os interessados que queiram iniciar um processo para garantia orgânica.

Por fim pode-se dizer que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, não são os deste trabalho como também os desta pesquisadora, superando a nossa expectativa. O contato com essa realidade fortaleceu nossas convic es de continuar buscando conhecimentos na área da agroecologia. No entanto, agora no término deste trabalho, experimentamos a sensa o de que poderíamos ter conversado com mais pessoas, visitado mais municípios e conhecido mais propriedades. Com isso ficou a certeza que essa temática não se esgota aqui e que os diversos aspectos levantados durante esse período possibilitarão o desdobramento deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de. ET AL. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa.** – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades–EACH/USP, 2012.142p.: il.

ALVES-MAZZOTTI A. J. **Usos e abusos dos estudos de caso.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro Cad. Pesq. Dez/2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>>. Acesso em 26.03.2013.

AQUINO, Adriana M. de.; ASSIS, Renato L./Editores Técnicos. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília, DF. EMBRAPA. Informação Tecnológica, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)> Acesso em: 21.02.2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em 02.04.2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso em 21.03.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos/** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, coordenadores Antônio Marcio Buainain e Mario Otávio Batalha. – Brasília :IICA: MAPA/SPA, 2007. 108p. ; 17,5 x 24 CM – (Agronegócios; v.5).

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação /** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS, 2008. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em: 11.02.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de aplicação do selo oficial para produtos orgânicos /** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 14 p. Disponível em: <[http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/Manual\\_Selo\\_Sisorg\\_.pdf](http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/Manual_Selo_Sisorg_.pdf)> Acesso em: 11.02.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos : o olho do consumidor** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : MAPA/ACS, 2009. 34 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) **NT/COAGRE nº 22/2010, 2/06/2010**. A validade do mecanismo de Controle Social para venda direta, de produtores familiares orgânicos, para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e para a alimentação escolar, no âmbito do PNAE. Disponível em: <[http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/22\\_02-06-2010\\_Controle-Social-nas-Compras-Governamentais.pdf](http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/22_02-06-2010_Controle-Social-nas-Compras-Governamentais.pdf)> Acesso em: 11.02.2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)> Acesso em 20.02.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade Coordenação de Agroecologia. **NOTA TÉCNICA COAGRE Nº 003/2011**. Brasília, 7 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/pt/ServicosCertificacoes.aspx>>. Acesso em 02.04.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia**/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Brasília: MAPA/ACS, 2012,44p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Merenda Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, [20--]. Disponível em:< [http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/cursos\\_PNAE.pdf](http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/cursos_PNAE.pdf)>. Acesso em: 12.04.2013.

BRASILBIO. (**Associação Brasileira de Orgânicos**), [20--]. Disponível em <<http://www.brasilbio.com.br>>. Acesso em: 12.02.2013.

\_\_\_\_\_. (**Associação Brasileira de Orgânicos**). **Certificadoras**, [20--]. Disponível em:<<http://www.brasilbio.com.br/en/organicos/certificadoras/>>. Acesso em 12.04.2013.

\_\_\_\_\_. (**Associação Brasileira de Orgânicos**). **Produtos Orgânicos, conceitos**, [20--]. Disponível em: <<http://www.brasilbio.com.br/pt/organicos/conceitos/>> Acesso em: 12.02.2013.

CALDAS, N. V. ET AL. **Certificação de Produtos Orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha**. RESR, Piracicaba – SP, Vol. 50, Nº 3, p. 455-472, jul/set – Impressa em Setembro de 2012.

CAMPOS, C. J. G. **Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da Saúde.** Ver. Bras. Enferm., Brasília (DF) 2004 set/out.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <<http://www.seaambu.org/docs/agroecologia.pdf>>. Acesso em 26.02.2013.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do Estudo de Caso (*Case Studies*) ou Método do Caso (*Teaching Cases*)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, jul a dez 05/06. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul\\_dez\\_05/06.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf)>. Acesso em 27.03.2013.

DANTAS, M.; CAVALCANTE, V. **Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa.** Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PB, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14344653/Pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>> . Acesso em: 30.03.13.

DOM PEDRITO VIRTUAL. **História de Dom Pedrito,** [20--]. Disponível em: <<http://www.dompedrito.com.br/dom-pedrito/historia-de-dom-pedrito.aspx> >. Acesso em 11.02.2013.

ESTADÃO. Estatísticas orgânicas. **País tem 90 mil produtores orgânicos, segundo IBGE.** Blog. Notícias, 9 de março de 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/organicos/tag/lei-dos-organicos/>>. Acesso em 17.03.2013.

GLIESSMAN, S. R.; **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

HAMERSCHIMIDT, I. **Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar.** Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo\\_agropecuário/agricultura\\_organica\\_e\\_seguranca\\_alimentar.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo_agropecuário/agricultura_organica_e_seguranca_alimentar.html)>. Acesso em: 08.02.2013.

HARKALY, A. **Agronegócio Orgânico Brasileiro: Em Crescente Expansão.** IBD CERTIFICAÇÕES, 2012. Disponível em: <[http://www.ibd.com.br/pt/NoticiasDetalhes.aspx?id\\_conteudo=92](http://www.ibd.com.br/pt/NoticiasDetalhes.aspx?id_conteudo=92)>. Acesso em 19.02.2013.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **ASSOCIATIVISMO RURAL,** [20--]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo/associativismo-rural>> Acesso em 05.02.2013.

MELLO, S. N. **Certificação Orgânica.** CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da lavoura Cacaueira). Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo6.htm>>. Acesso em 08.04.2013.



MELLO, C. M.; VIEIRA, F. G. D. **Marketing de relacionamento: um estudo empírico em micro e pequenas empresas do comércio varejista de Campo Mourão/PR.** Revista Eletrônica de ciências sociais aplicadas. v. 3. 2008.

MINOZZO, L. D. **AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA EM DOM PEDRITO: ASSOCIAÇÃO PEDRITENSE DOS PRODUTORES DE HORTIFRUTIGRANJEIROS (APPH).** Dom Pedrito, 2012. 81 p. UNIPAMPA. TCC (Graduação Tecnológica em Agronegócio).

MOURA, V. de M.; BEUREN, I.M. **O suporte informacional da controladoria para o processo decisório da distribuição física de produtos.** Revista Contabilidade & Finanças. on-lineversion ISSN 1808-057X. **Rev. contab. finanç. vol.14 no.31. São Paulo Jan./Apr. 2003.** Disponível em: <URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772003000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772003000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 30.03.2013.

OLIVEIRA, R. P. de; SCIVITTARO, W. B. **Sistemas de Produção,** 20 ISSN 1806-9207 Versão Eletrônica. Embrapa Clima Temperado. Dez./2011. Disponível em: <[http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/catalogo/tipo/sistemas/sistema20\\_novo/cap3\\_certifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_produtos\\_organos.htm](http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/catalogo/tipo/sistemas/sistema20_novo/cap3_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_produtos_organos.htm)>. Acesso em 15.04.2013.

ORGANICSNET. **Manual de Certificação de Produtos Orgânicos,**[20---]. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em 02.03.2013.

PAULILO, M. I. **S.Produutor e agroindústria: consensos e dissensos/** Maria Ignez S. Paulilo. \_ \_Florianópolis: Ed. Da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184 p.

PORTAL ORGÂNICO. **Notícias,**[20--]. Disponível em; <[http://www.portalorganico.com.br/sub/40/selo\\_organico](http://www.portalorganico.com.br/sub/40/selo_organico)>. Acesso em 02.03.2013.

RABELLO, T. **Os primeiros números confiáveis da agricultura orgânica no Brasil.** Portal Orgânico. 2012. Disponível em: <[http://www.portalorganico.com.br/noticia/61/um\\_mapa\\_parcial\\_da\\_agricultura\\_organica\\_no\\_pais\\_mas\\_com\\_numeros\\_confiaveis](http://www.portalorganico.com.br/noticia/61/um_mapa_parcial_da_agricultura_organica_no_pais_mas_com_numeros_confiaveis)> Acesso em 19.02.2013.

RESENDE, F. V.; VIDAL, M. C. **Organização da Propriedade no Sistema Orgânico da Produção.** Circular Técnica 63. EMBRAPA HORTALIÇAS. Brasília, Julho, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas /** Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). – 3. Ed. – 9. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** São Paulo: Atlas, 2010.

ROMAN, D. J. ET AL. **Fatores de competitividade organizacional.** BBR (Brazilian Business Review). v.9, n.1 Vitória-ES, Jan-Mar 2012 p. 27-46 ISSN 1807-734X. Disponível em <<http://www.bbronline.com.br/artigos.asp>>. Acesso em 22.04.2013.

SANTOS, M. A. **Entrevista semiestruturada**. 30 de Abril de 2008. Disponível em:<<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/entrevista-semi-estruturada.html>>. Acesso em 27.03.2013.

STRINGUETA, P. C.; MUNIZ, J. N. Editores. **Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação**. Universidade Federal de Viçosa - UFV. Viçosa, 2003.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, J. V. **Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil**. Informações Econômicas, SP, v.39, n.11, nov. 2009.

THIRYCHERQUES, H. R. **SATURAÇÃO EM PESQUISA QUALITATIVA: ESTIMATIVA EMPÍRICA DE DIMENSIONAMENTO**. T 03 Completa 4cores:Layout 1 10/9/09 4:08 PM Page 20. Disponível em:<[http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista\\_PMKT\\_003\\_02.pdf](http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf)>. Acesso em 23.08.2013.

## APÊNDICE A

### MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA, IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS VANTAGENS OU DESVANTAGENS DE SUA UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.

#### Roteiro de Entrevistas para PRODUTORES FAMILIARES

Nome do (a) entrevistado (a):.....Data:...../...../2013.

Telefone para contato:.....Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade:..... Idade:.....

Estado civil:.....

Localidade:.....

Aposentado (a): ( ) não ( ) sim. Tipo aposentadoria.....

Atividade: ( ) agricultura somente orgânica ( ) agricultura mista, orgânica e convencional

1) Como foi o seu contato com a agricultura orgânica?

( ) Através de outros produtores.

( ) Por meio de uma organização (cooperativa, associação, outros).

( ) Indicação de entidades de pesquisa e extensão rural (EMBRAPA, EMATER, outros).

( ) Pelo histórico familiar.

( ) Outra situação:.....

Ano que iniciou a produção orgânica?.....

2) Qual o tamanho da propriedade?

Área total (ha):.....

Área ocupada com a Agricultura Orgânica (ha):.....

3) Quais são as culturas agrícolas orgânicas praticadas?

.....

4)Quais são as culturas agrícolas **NÃO** orgânicas praticadas?

.....

5) Que motivo o(a) levaram a praticar agricultura orgânica?

( ) Cultural, por gostar de mexer com a terra e ou por ter praticado agricultura orgânica no passado.

( ) Por querer consumir produtos produzidos pelas próprias mãos/garantia de procedência.

( ) Por tradição familiar.

( ) Por querer consumir produtos limpos, sem uso de agrotóxicos (pesticidas ou adubos solúveis).

( ) Para agregar valor à produção e obter um melhor preço na venda.

( ) Outros motivos:.....

6) Composição da família:

Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Residem

**Grau da Parentesco:** 1. O próprio; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avós; 7. Dependentes; 8. Enteados; 9. Sobrinho.

**Escolaridade:** 1. Analfabeto; 2. Ensino fundamental incompleto; 3. Ensino fundamental completo; 4. Ensino médio incompleto; 5. Ensino médio completo; 6. Superior incompleto; 7. Superior completo.

**Ocupação:** 1. Agricultor; 2. Assalariado rural permanente; 3. Assalariado rural temporário; 4. Assalariado urbano permanente; 5. Assalariado urbano temporário; 6. Doméstica; 7. Estudante; 8. Aposentado; 9. Emprego doméstico; 10. Outro:.....

.....

**Residem:** 1. Na propriedade; 2. Na área rural, mas fora da propriedade; 3. Na área urbana; 4. Em outro município; 5. Outro:.....

7) Técnicas de produção:

- ( ) Cultivo protegido  
 ( ) Hortas  
 ( ) Hidroponia  
 ( ) Canais de cultivo  
 ( ) Outra:.....

8) Quais equipamentos agrícolas possuem na propriedade?

- ( ) Trator  
 ( ) Colheitadeira  
 ( ) Plantadeira  
 ( ) Reboque  
 ( ) Arado  
 ( ) Outros:.....  
 ( ) Não faz uso de qualquer maquinário.

9) Utiliza ou já utilizou alguma destas tecnologias na sua propriedade?

- ( ) Estufa ( ) Mulching ( ) Túnel ( ) Outra:.....

O que levou à utilização?.....

10) Qual a principal fonte de renda da propriedade?

- ( ) Agricultura Orgânica  
 ( ) Agricultura Convencional  
 ( ) Atividade não-agrícola  
 ( ) Pecuária e agricultura  
 ( ) Pecuária  
 ( ) Outra situação:.....

11) Trabalha com assistência técnica? ( ) sim ( ) não

Instituições responsáveis:.....

Tipo: ( ) Agrônômica ( ) Veterinária ( ) Zootecnista ( ) Técnico Agrícola/Agropecuário

Outra:.....

Frequência: ( ) Anual ( ) Semestral ( ) Mensal ( ) Esporádica

12) Quais são as principais fontes de mão de obra envolvida com a atividade?

( ) Somente da família

( ) Da família e contratação fixa de terceiros

( ) Somente da contratação fixa de terceiros; quantidade:.....; residem:.....

( ) Pela família e contratação eventual de terceiros; quantidade:.....

( ) Outra situação:.....

13) O(a) senhor(a) utiliza atualmente financiamentos ( PRONAF, OUTROS), recursos ou outros, para manter e ou ampliar a atividade na sua propriedade?

( ) Sim ( ) Não

Se positivo, quais:.....

14) Matéria orgânica utilizada na propriedade:

Qual o tipo de matéria orgânica utilizada?.....

Qual distância da área de produção?.....

15) Qual sua percepção sobre o modo de vida na Agricultura Orgânica?

.....

16) Qual sua percepção sobre a ocupação que exerce? É uma ocupação boa? Poderia ser melhor? Está satisfeito com a ocupação?

.....

17) Principais vantagens da ocupação?.....

.....

18) Principais desvantagens da ocupação?.....

.....

**Em relação à participação em MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.**

19) Como ficou sabendo dos mecanismos para garantia da qualidade orgânica, como a certificação e a venda direta sem certificação?.....  
.....

20) Qual mecanismo para garantia da qualidade orgânica participa?.....  
.....

21) Quando entrou no processo? Há quanto tempo participa?.....  
.....

22) Porque entrou nesse processo?  
.....

23) Participa de alguma organização (cooperativa, associação, outro)?

Qual?.....  
.....

24) Quais são os requisitos necessários para que o senhor(a) possa participar dessa modalidade dentro da organização?  
.....

25) Com que periodicidade esse processo precisa ser feito?  
.....

26) O preço pago pelos produtos orgânicos após inserção nesse processo é bom?  
.....

27) O preço recebido melhorou com relação à situação anterior?  
.....

28) Cobre os custos de produção?  
.....

29) O que o levou a permanecer nesse processo:

( ) Melhores condições de trabalho

( ) Maior possibilidade de investimento

( ) Maior capacidade de geração de renda

( ) Outros:.....

30) Houve aumento na área de produção, agregou outros produtos após a adoção desse sistema?

.....

31) Melhorou a tecnologia do sistema produtivo?

.....

32) Os produtos possuem registro, inspeção, certificação, embalagem, rotulagem? ( ) Sim

( ) Não

Obs.:.....

33) Na hipótese de interrupção desse processo na sua propriedade, haverá reflexos no sistema produtivo?

.....

34)Qual sua percepção sobre as vantagens desse mecanismo para a agricultura familiar?

.....

35)E as desvantagens dessa modalidade para essa produção?

.....

36)Houve melhorias nas condições de trabalho da organização e dos trabalhadores familiares após a adoção desse mecanismo? Quais foram?

.....

37) Que efeitos aconteceram na renda da organização e dos produtores envolvidos?

.....

38) Outras considerações:

.....

39) Sugestões e comentários livres.

.....

40) Avaliação geral dos mecanismos para garantia da qualidade orgânica: pontos fortes e pontos fracos, dificuldades, limitações.

.....



## APÊNDICE B

### **Roteiro de Entrevistas para TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES (Associações, Cooperativas e outros grupos formais)**

#### **MECANISMOS PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA, IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS VANTAGENS OU DESVANTAGENS DE SUA UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Nome do(a) entrevistado(a): ..... Data: ...../...../2013.

Telefone para contato: ..... Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade: ..... Idade: .....

Organização que pertence: .....

Localidade: .....

Atividade dentro da organização: .....

Atua desde: .....

1) Qual mecanismo para a garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar tem contato dentro da organização?

.....

2) Desde quando utilizam esse mecanismo na organização?

.....

3) Quantos produtores agrícolas familiares participam dessa modalidade?

.....

4) Há necessidade desses produtores familiares participarem de um grupo formal nesse mecanismo? Por quê?

.....

5) Que motivo(os) levou a organização optar por essa modalidade de garantia da produção orgânica?

.....

6) Qual documentação é necessária para iniciar o processo dessa modalidade?

.....  
7) Quais são as etapas dentro da organização após o ingresso nesse mecanismo?

.....  
8) Quais são os requisitos necessários para que produtores agrícolas familiares possam participar dessa modalidade dentro da organização?

.....  
9) Com que periodicidade esse processo precisa ser feito?

.....  
10) Qual sua percepção sobre as vantagens desse mecanismo para a agricultura familiar?

.....  
11) E as desvantagens dessa modalidade para essa produção?

.....  
12) Houve melhorias nas condições de trabalho da organização e dos trabalhadores familiares após a adoção desse mecanismo? Quais foram?

.....  
13) Que efeitos aconteceram na renda da organização e dos produtores envolvidos?

.....  
14) Outras considerações: